AUTOGESTÃO HOJE

TEORIAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

MICHAEL ALBERT
NOAM CHOMSKY
PABLO ORTELLADO
MURRAY BOOKCHIN
ABRAHAM GUILLÉN

AUTOGESTÃO HOJE

TEORIAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

Sumário

Apresentação

"A principal lição da revolução espanhola é,
sem nenhuma dúvida, que a autogestão é uma
necessidade que aparece cada vez mais nos
conflitos patrões/trabalhadores.
Como explicar que a autogestão surja em casos
tão dessemelhantes quanto a Espanha de 1936,
a França em 1968 e a Polônia em 1970?"

-Frank Mintz

No verão de 1974, através da análise *"Autogestão: Uma Mudança Radical"*, os pensadores marxistas Alain Guillerm e Yvon Bourdet discutiam como o conceito de autogestão (no âmbito do local de trabalho) vinha sendo cada vez mais deturpado, desviado de sua origem e função, e também comentavam sobre a generalização da distorção desse conceito, sendo que o simples fato da "participação" era, por si só, considerado, para muitas pessoas, como autogestão.

O que os preocupava era tentar entender e diferenciar a autogestão de outras formas de atuação dos trabalhadores dentro do local de produção. Partindo sempre das diferenças, eles demonstravam como os conceitos de "participação", "co-gestão", "controle operário" e "cooperativa" não implicam, necessariamente (e, em alguns dos casos, definitivamente), em autogestão. Aqui, cabe ressaltar, como os autores o fizeram anteriormente, os problemas em associar esses termos com o conceito de autogestão.

Na "participação", há a possibilidade de abolir qualquer vontade de transformação por parte do trabalhador, uma vez que este passa a estar inserido de tal maneira na empresa, que começa a desejar que ela tenha lucros cada vez maiores (por exemplo, quando os trabalhadores compram ações

de suas próprias empresas, ou no caso de participação nos lucros). O trabalhador que poderia se voltar contra o sistema capitalista, acaba se integrando a ele e o defendendo (mesmo que ele não saiba disso, mas de qualquer forma, acaba o fazendo), impedindo, dessa forma, qualquer possibilidade de autogestão.

Em outro viés, a "co-gestão" faz com que os empregados não apenas participem nos lucros, mas também nas decisões da organização técnica e na política geral do local em que trabalham. Diferentemente da "participação", aqui, o empregado não é apenas um instrumento, mas pode contribuir com iniciativa e criatividade integradas ao processo de produção. Porém, a definição das metas e os objetivos da empresa não estão sob controle dos trabalhadores. Nessa forma de gestão, os trabalhadores são representados por outros, geralmente eleitos por voto direto, que são apenas consultados sobre questões salariais, benefícios sociais promovidos pela empresa, demissão de empregados, tecnologias que serão utilizadas, planos e balanços da empresa. O poder de direção dos empresários, no entanto, não é posto em questão, impedindo assim a autogestão.

Sobre o "controle operário", mesmo sendo um avanço maior à autogestão do que a "co-gestão" (pois é uma intervenção conflitiva, em que atenuações nos métodos de exploração são, literalmente, arrancadas dos empresários, por exemplo, através de greves); o controle da produção por parte de um dirigente capitalista, partido ou do Estado que também controlam o salário dos empregados, não é questionado. E caso seja, isso ocorre apenas em pontos específicos, pois a função dos dirigentes (estes, desligados da produção, apenas distribuindo ordens) não é colocada em xeque, mantendo, portanto, a hierarquia e a verticalidade no local de trabalho.

Já nas "cooperativas", para os autores, é onde a autoges-

tão realmente acontece, pois o poder se dissolve entre todos os trabalhadores. Porém, as cooperativas acabavam por se configurar como "ilhotas de autogestão no seio de um sistema capitalista", submetidas a todo tipo lei mercadológica de concorrência. Além disso, mesmo que se considerasse uma multiplicação do sistema de cooperativas (até mesmo uma generalização deste), elas não iriam contra (pelo menos diretamente) o Estado e suas ramificações, sendo que a horizontalidade e a participação na tomada de decisões se confinariam aos locais de trabalho, e, fora dele, seriam mantidas as medidas repressivas, autoritárias e ditatoriais do Estado, impedindo o pleno alcance da autogestão, no sentido econômico, político e social.

Sendo assim, considerando que há trinta anos, o desvirtuamento acerca do termo "autogestão" já gerava preocupação em pessoas que notavam esse fato, nos dias de hoje (em que se fortalece cada vez mais a tendência da esquerda de se apropriar e reivindicar para si idéias e objetivos que os anarquistas já proclamavam há mais de um século) para as pessoas que têm como objetivo uma sociedade autogestionária, essa discussão deve ser realizada com ênfase.

Há, de certa forma, no senso comum, a idéia de que autogestão é a gestão da produção pelos próprios produtores, ou simplesmente, o autogoverno. A proposta desta publicação é polemizar com esse conceito e tentar, através dos textos selecionados, demonstrar que a autogestão não se confina à produção ou à política, mas também atinge as relações tanto econômicas quanto sociais.

Não se trata apenas de buscar uma definição para o que vem a ser autogestão, mas demonstrar suas práticas contemporâneas, suas diversas aplicações e mostrar como a clareza desse conceito e de seus aspectos se faz necessária a todos que não estão dispostos a reformar a sociedade (mantendo,

portanto, suas bases), mas sim alterá-la completamente. A autogestão, posta em prática pelos revolucionários anarquistas de 1936 e que sofre acusações de ser um modelo econômico inviável, vem se mostrando através dos anos a única forma real de terminar com a exploração do trabalho pelo capital e pelo Estado e de acabar com a alienação no trabalho.

Isso posto, a escolha dos textos para composição desta obra foi realizada com o intuito de fornecer abordagens diversas sobre o mesmo tema, tendo em vista que com esses textos, o leitor vai notar que, longe de ser algo "ultrapassado" e politicamente inviável, a autogestão (a autogestão efetiva e generalizada) é tão viável quanto "atual", além de ser extremamente necessária.

Abrindo o livro, há um texto de Michael Albert que foi composto por três capítulos de seu livro *Moving Forward – Program for a Participatory Economy*[1] publicado em 2000, no qual ele realiza uma análise relativamente didática e de fácil acesso sobre o que vem a ser autogestão, de que forma e onde ela é implantada, esclarecendo diversas dúvidas sobre contradições que possam surgir em um sistema autogerido, e explicando como a autogestão pode ser aplicada na economia. Ele ressalta a importância da formação de conselhos, tanto de produtores como de consumidores, para que se efetive uma prática autogestionária, principalmente no âmbito econômico. É um texto que pode ser tido como explicativo e de muita importância para quem está criando suas primeiras dúvidas sobre o assunto e também para os que já possuem uma longa lista de questões em mente.

O texto em seqüência é uma análise de Noam Chomsky

1 - *Moving Forward – Program for a Participatory Economy*, escrito por Michael Albert e publicado em 2000 pela editora AK Press (www.akpress.org).

escrita originalmente em 1977 com o título original de *Industrial Democracy* e publicada recentemente no livro *Radical Priorities*[2]. O texto trata de algumas experiências européias e norte-americanas com empresas em que os trabalhadores chegaram a possuir algum tipo de poder na gestão. Ele demonstra como uma maior participação dos trabalhadores nas tomadas de decisões das fábricas preocupa o empresariado. Porém, não se esquece de ressaltar, que, em muitas empresas, esse tipo de atuação dos trabalhadores, para os empresários, é preferível, uma vez comparada ao que realmente vem a ser a autogestão e o perigo que ela representa para os atuais donos das empresas. Chomsky não deixa escapar a crítica que deve ser feita a este tipo de gestão de produção na qual, por mais que o trabalhador não fique completamente ausente na tomada de decisões, não ultrapassa a "democracia industrial", não efetivando, portanto, um processo real autogestionário e transformador.

Em seguida, apresentamos um estudo realizado por Pablo Ortellado em 1999, que está originalmente na publicação *Democracia e Autogestão* da revista *Temporaes*[3], no qual, passando por diversos modelos de produção industrial, o autor realiza uma abordagem histórica, principalmente sobre as experiências autogestionárias dentro do desenvolvimento das cooperativas. É bem ressaltado o papel das cooperativas no Brasil, mas a abordagem não se resume apenas a essa região, passando tanto pela América do Norte como pela Europa. O eixo central do estudo é, novamente, problemati-

2 - O livro *Radical Priorities* é uma coletânea de textos de Noam Chomsky feita por C. P. Otero que acabou de ser reeditada (2003) e lançada em sua terceira edição pela editora AK Press (www.akpress.org).

3- A publicação *Democracia e Autogestão* é de 1999 e foi lançada pela editora Humanitas. Além do texto já apresentado, o livro traz outros escritos sobre o assunto.

zar sobre como as cooperativas atuam e se essa atuação realmente conduz a uma sociedade autogestionária ou simplesmente a uma "democratização" do capital, ou então a uma autogestão controlada pelo capital.

Posteriormente ao artigo acima, temos o texto de Murray Bookchin, que faz parte do livro *Toward an Ecological Society*[4], de 1981, no qual o autor coloca em xeque a visão economicista, que reduz a autogestão a uma forma de racionalização da produção, fazendo com que seja apenas mais um dentre os inúmeros métodos de organização do trabalho. Um aspecto importante desse artigo é a polêmica levantada contra Marx e Engels, na qual Bookchin demonstra que a fábrica, longe educar, hierarquiza e aprisiona o produtor. Porém, o foco central do artigo é o debate que há tempos vem sendo realizado por pessoas preocupadas com uma profunda transformação social (Walter Benjamim, por exemplo), em que a dita "neutralidade" da técnica sobre as relações sociais é questionada em todos os seus aspectos. É um texto fundamental no qual Bookchin não deixa dúvidas: discutir apenas a autogestão, sem se deter em conceitos como autonomia e autodeterminação, é criar uma hierarquia baseada tanto na obediência quanto na autoridade.

Finalizando, há a contribuição de Abraham Guillén. O fragmento é a introdução do livro *Socialismo Libertário – Ni Capitalismo de Monopólios, Ni Comunismo de Estado*[5], publi-

4 - *Toward an Ecological Society*, publicado pela Black Rose Books, em 1981, foi composto por uma série de escritos de Bookchin, feitos ao longo dos anos 70, período em que ele estava fortemente influenciado pelo crescente movimento ecologista. Este texto foi publicado em Portugal na revista "*A Idéia*", 35-37, junho de 1985, e posteriormente no livro: BOOKCHIN, Murray. *Textos Dispersos*. Lisboa: Socius, 1998. A tradução para o português foi feita por Antonio Cândido Franco, sendo posteriormente adaptada ao português brasileiro.

5 - O livro *Socialismo Libertário – Ni Capitalismo de Monopólios, Ni Comunismo de Estado*, foi publicado pela editora Madre Tierra em 1990. O fragmento aqui apresentado é a introdução do livro, que tem o título de "É preciso libertar a espécie humana e não só o trabalhador enquanto classe".

cado em 1990. Nesse texto, o autor faz uma análise crítica do sistema econômico soviético, no qual a planificação econômica centralizada concentrou toda a decisão econômica nas mãos de uma pequena elite burocrática que estava fora do campo da produção. É interessante como o autor mostra que o "socialismo" sem a autogestão nada mais faz do que continuar deixando os trabalhadores alienados e explorados. O que antes era feito pelo patrão privado, passou a ser feito pela burocracia totalitária do partido comunista. O texto mostra ainda que a autogestão é fator chave na busca de uma sociedade realmente participativa e expõe de forma bastante elucidativa quais são os princípios e objetivos para que busquemos um socialismo no qual a liberdade esteja sempre presente.

Esperamos que aprecie cada um dos textos escolhidos e que realize um bom proveito de suas leituras.

Saúde e anarquia!

Os editores

Buscando a Autogestão

Michael Albert

Autogestão

...toda autoridade é completamente degradante. Ela degrada aqueles que a exercem e degrada aqueles que sofrem seus efeitos... Quando ela é usada com certa bondade, e acompanhada de prêmios e recompensas, ela é terrivelmente desmoralizante. As pessoas, nesse caso, são menos conscientes da horrível pressão que está sendo colocada sobre elas, então seguem ao longo de suas vidas em uma espécie de conforto rude, como animais domesticados, sem nunca perceber que estão provavelmente imaginando a opinião das outras pessoas, vivendo pelos padrões de outras pessoas, praticamente vestindo o que poderia se chamar de roupas de outras pessoas, e nunca sendo elas mesmas por um único momento.

-Oscar Wilde

Qualquer economia certamente envolve muitas decisões, desde as de longo alcance até as relativamente limitadas. Quem decide? Quanto cada agente deve participar nas decisões econômicas? Nós acreditamos que a resposta é que cada agente deve participar do processo de tomada de decisões, na mesma proporção que ele é afetado pelas conseqüências, ou o que nós chamamos de “autogestão”. Nós preferimos essa, ao invés das mais típicas respostas: que nós devemos ser a favor da “liberdade econômica” ou do direito de se fazer qualquer coisa que se queira com pessoas ou propriedades, ou para todos terem a mesma participação em todas

as decisões econômicas o tempo todo, ou para se dar mais participação aos mais conhecidos ou bem sucedidos do que para aqueles que são menos conhecidos ou mal sucedidos. Qual é a coerência de preferirmos a autogestão como nosso objetivo na tomada de decisões?

- **Decisões**

Um homem pode pescar com uma minhoca que se alimentou de um rei, e pode também comer o peixe que se alimentou dessa minhoca.

-Shakespeare

Minha noção de democracia é que, sob ela, o mais fraco deve ter as mesmas oportunidades que o mais forte... Nenhum país no mundo demonstra atualmente qualquer preocupação pela proteção dos oprimidos...
A verdadeira democracia não pode ser conduzida por vinte homens sentados ao centro. Ela deve ser conduzida desde baixo, pelas pessoas de todas as vilas.

-Gandhi

Imagine que um trabalhador, numa fábrica, tenha sua própria área de trabalho. Suponha também que ele queira colocar um quadro com a foto de sua filha na parede. Qual deve ser sua participação nessa decisão? Indo mais ao ponto, qual deve ser minha participação na decisão sobre o quadro com a foto da filha dele, se eu trabalho do outro lado da fábrica, em outra divisão, ou até mesmo do outro lado da cidade?

Suponha que uma outra trabalhadora queira escutar punk rock ou new age jazz durante todo o dia no local onde ela trabalha. Qual deve ser a participação dela nessa decisão? E qual deve ser a minha participação, se eu trabalho

apenas um andar acima dela, e posso escutar claramente a música? E se eu trabalhasse do outro lado da cidade?

Suponha que uma equipe, em algum local de trabalho, esteja decidindo um horário comum. Qual deve ser a participação de cada membro nessa decisão, ou em relação aos outros trabalhadores da fábrica? E os companheiros que utilizam a produção desse grupo em outra parte da fábrica? E os companheiros que consomem os produtos da fábrica na cidade ou do outro lado do país?

Ou suponha que você viva perto da minha fábrica. Qual deve ser a sua participação, em relação à minha, no que diz respeito ao barulho que minha fábrica produz na sua vizinhança? Você consome produtos que eu ajudo a produzir. Qual deve ser a sua participação com relação ao que a fábrica produz, às nossas escolhas para organização e produção, e à minha situação de trabalho?

Estas são todas questões muito sérias e pertinentes. Não há uma resposta única, obviamente. Não é possível que, em cada um destes casos, a pessoa deva ter total participação ou nenhuma participação, participação equivalente, mais ou menos participação. Estes casos se diferem. Não é possível que a regra do "cada pessoa, um voto - vencendo a maioria" seja ótima sempre, ou fazer uma votação na qual quem conseguir três quintos vence, ou utilizar o consenso, e assim por diante. São métodos diferentes. Mas talvez haja ao menos um único modelo que abranja todos estes casos e todas as outras tomadas de decisão econômicas também.

• Autogestão

Aplicar o mesmo termo "disciplina" para conceitos desconexos como os estúpidos impulsos reflexivos de um corpo com mil mãos e mil pernas, e a coordenação espontânea dos

atos de consciência política para um grupo de pessoas, é abusar das palavras. O que a docilidade bem ordenada do criador pode ter em comum com as aspirações de uma classe lutando por sua emancipação?

-Rosa Luxemburgo

Por que os trabalhadores devem concordar em ser escravos de uma estrutura fundamentalmente autoritária? Eles próprios devem ter o controle sobre ela. Por que as comunidades não devem ter participação plena na gestão das instituições que afetam suas vidas?

-Noam Chomsky

Um trabalhador, evidentemente, deve ter participação total nas decisões sobre a foto de sua filha que fica em sua mesa. Ele decide, eu não tenho participação, já que meu espaço de trabalho fica ao lado do dele. Mas eu devo ter poder de veto sobre a opção dos meus vizinhos de tocar punk rock em seu espaço o dia todo, mesmo estando nesse local de trabalho que fica ao lado. Semelhantemente, um grupo de trabalho deve ter mais participação nas suas escolhas operacionais, mas os grupos que consomem seus produtos devem ter alguma participação também, na mesma proporção que são afetados. Uma vez que se tente expressar estes simples pontos, a lição óbvia é que:

1) As decisões freqüentemente se diferem por razão do quanto elas afetam diferentes indivíduos ou grupo de indivíduos. E

2) Como resultado, a regra do "cada pessoa, um voto - vencendo a maioria", ou a regra de quem tiver dois-

terços dos votos vence, ou o consenso, ou a ditadura, ou qualquer forma particular de tomada de decisão, são meramente alternativas táticas para a implantação de algum modelo mais geral num contexto específico, ao invés de um fim em si mesma. Então, disso também resulta que:

3) Endeusar um único método de tomada de decisão e considerá-lo aplicável em qualquer situação – o sistema de voto direto, ou consenso, ou um poder ditatorial para uma pessoa – significa não considerar que diferentes abordagens para distribuir as tomadas de decisão influenciam a adaptação em diferentes situações, mesmo se nós estivermos tentando executar o mesmo modelo.

Então, o que nós realmente precisamos não é colocar algum método de tomada de decisão sobre todos os outros, mas escolher nossos métodos de tomada de decisão baseados em quão apropriados eles são, para melhor executar um modelo escolhido no contexto específico que nós enfrentamos.

Mas qual modelo nós devemos almejar? Assumindo que nós respeitamos todos os envolvidos, quando decidimos espontaneamente como tomar decisões específicas na vida cotidiana, nós automaticamente tentamos dar a cada agente uma participação proporcional ao grau que ele é afetado. Nós não temos um amigo que decide qual é o filme que todos vão ver, e nós também não fazemos simplesmente uma votação. Todos amigos têm o poder de dar sua opinião, e se alguém já tiver visto o filme ou tiver alguma outra necessidade urgente, essa pessoa pode ter maior poder de decisão sobre isso. E enquanto nós não pudermos atingir de forma perfeita um nível de autogestão, no qual todos tenham par-

ticipação nas tomadas de decisão de forma exatamente proporcional ao grau que são afetados pelas conseqüências, nós sabemos por intuição que qualquer desvio desses meios fará com que ao menos uma pessoa tenha um impacto excessivo nas decisões e que esteja sendo negada a justa porção de impacto a pelo menos uma outra pessoa.

Certamente, algumas vezes existem razões para violar a participação proporcional de todos. Suponha que haja um repentino anúncio que uma grande onda esteja vindo em nosso rumo. Um de nós é um especialista em sobrevivência nessa situação e o resto das pessoas da cidade nada sabe sobre a questão. Uma rápida mudança para uma "ditadura" é prudente nesse caso. Mas este critério não anula nossa tendência natural de defender a participação nas tomadas de decisão, de forma proporcional aos efeitos causados, como nosso modelo guia para uma boa economia? Isso sugere que temos que adotar, ao invés disso, como muitos defenderiam, a participação nas tomadas de decisão de acordo com o conhecimento relevante ao assunto e a qualidade das decisões que nós esperamos que uma pessoa atinja? Vamos ver.

• Conhecimento e Decisões

Esta reorganização irá depender, acima de tudo, da completa familiaridade do trabalho com a situação econômica do país; de um completo estoque de abastecimento, de um conhecimento exato das fontes de matéria prima, e de uma organização própria das forças produtivas para uma gestão eficiente.

-Alexander Berkman

O conhecimento relevante para as decisões vem de duas formas.

1) Existe o conhecimento do caráter das decisões, do seu contexto e de suas implicações mais comuns. E

2) Há também o conhecimento de como cada pessoa percebe estas implicações e, especificamente, como elas dão valor às diversas alternativas.

O primeiro tipo de conhecimento é, freqüentemente, bastante especializado, como no caso do herói da grande onda que tem o completo domínio sobre esse conhecimento. Mas o segundo tipo de conhecimento é sempre disperso, uma vez que nós somos, cada um, individualmente, os maiores especialistas do mundo, considerando nossas próprias avaliações. Eu sei bem que eu não quero me afogar. Eu sou o maior especialista do mundo, segundo as minhas avaliações dos impactos das situações sobre mim. Você está considerando a si mesmo. Shawn, Sally, Sue, Sam e Samantha estão considerando a eles próprios. Agora, pode ser que Sally também seja a maior especialista do mundo em algumas situações de características e valores mais comuns... mas isso é diferente de como ela ou eu nos sentimos a respeito dos efeitos mais comuns destas situações sobre ela ou sobre mim.

Portanto, sempre que as decisões de conhecimento especializado, relativas a algumas questões, puderem ser difundidas o suficiente para que cada agente tenha condições de avaliar a situação e ter sua própria visão, de como ele é afetado em um longo tempo, para expressar isso na decisão, cada agente deve ter participação proporcional aos efeitos que ele irá sofrer. Sempre que isso for impossível por alguma razão, e os prejuízos por se cometer um erro forem grandes, nós provavelmente precisaremos funcionar por algum tempo de acordo com um modelo diferente, que transfira temporariamente a autoridade, ainda que dentro de meios

que não subvertam permanentemente nosso objetivo prévio de autogestão. Obviamente, nesse caso, o objetivo está se afastando daquilo que é mais desejável, e a conclusão sobre a necessidade de se distribuir conhecimento para permitir a autogestão é evidente.

Em suma, o fato de você ser um químico e entender a química e a biologia de uma camada de tinta numa parede e os efeitos que ela pode ter, e de eu ser um pintor ou um fabricante de carros e não entender a química envolvida nesse processo, e tendo eu apenas as informações que você transmite, isso não significará que sua opinião vai ter um peso maior, na tomada de decisão, quando formos decidir se minhas paredes terão que ser pintadas, ou se toda a nossa comunidade quer ou não a pintura. Isto significa, de qualquer forma, que os meus companheiros membros da comunidade e eu, devemos ouvir o seu depoimento de especialista antes de tomar uma decisão. Você é uma fonte de informação importante, certamente, mas na tomada de decisão em si, você se torna como todos os outros. No que diz respeito ao fornecimento de informação, você é um especialista, mas na própria decisão, você terá uma participação proporcional aos efeitos sofridos por você, assim como nós, que teremos uma participação proporcional aos efeitos que recairão sobre nós.

• Conselhos e Outras Implicações

A organização dos conselhos, portanto, tece uma diversificada rede de corpos cooperativos no seio da sociedade, regulando sua vida e progresso de acordo com sua livre iniciativa. E tudo aquilo que é discutido e decidido nos conselhos extrai o seu poder efetivo da compreensão, da determinação, da ação da humanidade laboriosa.

-Anton Pannekoek

Ouça, Revolução, nós somos companheiros, veja - Juntos, nós podemos tomar tudo: Fábricas, arsenais, casas, navios, ferrovias, florestas, campos, pomares, linhas de ônibus, telégrafos, rádios (Jesus! Atinja o inferno com as rádios!), fábricas de aço, minas de carvão, poços de petróleo, gás, todas as ferramentas de produção, (um grande dia pela manhã). Tudo - E entregá-los às pessoas que trabalham. Ordená-los e administrá-los para nós, as pessoas que trabalham.

-Langston Hughes

Assim, o objetivo da autogestão é que cada agente influencie as decisões proporcionalmente ao quanto ele é afetado, sendo entendido como um problema, o fato de se dar a alguns agentes, participação em demasia e a outros, pouca participação. Para chegarmos à autogestão e fazermos com que as decisões sejam satisfatórias, cada agente deve ter fácil acesso às avaliações relevantes dos resultados esperados, e deve ter conhecimento geral e segurança intelectual suficientes para entender as avaliações e desenvolver suas preferências sob sua luz. A organização da sociedade deve garantir que as fontes das análises, que tenham relação com a tomada de decisão, sejam imparciais, diversas e bem testadas. Portanto, para a autogestão, cada indivíduo ou grupo envolvido numa decisão deve possuir meios organizacionais para ter sucesso e tornar suas vontades conhecidas, assim como meios para controlá-las de maneira sensata, com suas contribuições bem-informadas, tendo a influência proporcional adequada.

Numa economia, para atingir a dita autogestão, nós precisamos de várias instituições (as quais nós chamamos de conselhos de trabalhadores e consumidores) para ser-

virem como veículos de tomada de decisão para coletivos de trabalhadores e consumidores de diferentes tamanhos. Dessa forma, conselhos de grupos-de-trabalho, distribuição, locais de trabalho, indústrias e grupos de convivência, vizinhanças, comunidades e municípios, são necessários como veículos para que aqueles afetados pelas decisões expressem suas preferências individuais e grupais sobre estas decisões, decidindo suas prioridades, implementando resultados, etc. Nós também precisamos de uma difusão das informações que forneça o conhecimento necessário para que todos aqueles que sejam afetados pelas interações econômicas, possam julgá-las. Também é necessário que cada agente possua uma segurança pessoal, e que seja suficientemente capacitado para que se sinta confortável resolvendo, expressando, argumentando em benefício, e escolhendo suas preferências. E, finalmente, nós precisamos de meios de distribuição, de organização no local de trabalho e de outras interações institucionais que respeitem e promovam o modelo da autogestão e cumpram as exigências de difundir informação e de fortalecer os trabalhadores.

Existem muitas implicações institucionais no esforço para que a influência na tomada de decisão seja feita de forma proporcional às conseqüências sofridas, e discernindo até das implicações mais importantes deste modelo, quando aplicado. Mas o modelo, em si mesmo, é honesto. No próximo capítulo, nós mostramos um programa de exigências e ações que visam encorajar a autogestão econômica. Os próximos capítulos contêm assuntos adicionais que visam esse objetivo, como a organização nos locais de trabalho e como ocorre a distribuição.

Perguntas & Respostas sobre Autogestão

A autoridade tende a tornar quem a defende, um injusto e arbitrário; ela também faz com que aqueles que se submetem a ela aceitem a ofensa, sejam subservientes e servos. A autoridade corrompe quem a detém e humilha sua vítima.

-Mikhail Bakunin

- *Uma Economia Participativa*[6] *silencia as pessoas que discordam dela? Preocupa-me que um equivalente do Chomsky (contudo esperemos que essa pessoa tenha muito menos para falar) possa achar mais difícil se expressar numa Economia Participativa do que num sistema de mercado.*

Eu não consigo ver porque isso deva ser assim. Em primeiro lugar, ninguém tem significativamente mais recursos que o outro, portanto uma imprensa livre numa Economia Participativa não tem dono e não pode estar a serviço de poucos e, por isso, não pode ser impedida. Segundo, uma Economia Participativa valoriza a diversidade. Isso tem um significado considerável. Isso significa que a dissidência é respeitada por seus próprios méritos, mesmo em lugar da evidência de sua validade, pelo exato motivo que o progresso freqüentemente depende disso. Uma sociedade com uma

6 - Teorizada por Michael Albert e Robin Hahnel, a *Economia Participativa* (*Participatory Economics* em inglês, geralmente citada pelo acrônimo *ParEcon*) é um modelo para a sociedade - apenas econômico - concebido para executar e promover certos tipos de resultados. Os valores-guia são a igualdade (material e em circunstância prolongada/beneficiada enquanto opera na economia), solidariedade, diversidade e autogestão (significando participar das decisões na mesma proporção em que se é afetado por elas). De acordo com o raciocínio de Albert, a autogestão só acontece quando não se restringe ao nível da produção, mas atinge todo o nível econômico da sociedade. Em um sistema autogestionário, a *Economia Participativa* seria o processo econômico que melhor se adequaria às necessidades da sociedade. (N. T.)

Economia Participativa deveria, portanto, creio eu, reservar espaço e recursos para apoiar de forma ativa as pessoas que discordam dela.

- *Mas a comunidade não decidiria se o trabalho de um dissidente foi dignamente remunerado?*

A Economia Participativa não funciona dessa maneira. Toda a comunidade não faria um julgamento sobre cada local de trabalho dessa maneira. Certamente, um grupo de pessoas pode decidir por criar um local de trabalho, como uma revista ou qualquer outra coisa, e começar a operar dentro da economia. Seu problema se torna saber se a produção de esforços tem valor suficiente para justificar a energia aplicada. Mas isso não é apenas uma grande decisão feita por todos... isto depende das pessoas que querem produzir. E, para prevenir resultados indesejáveis, a sociedade poderia decidir coletivamente – eu acredito que seria assim, de fato – que os pontos de vista da minoria e dos dissidentes merecem um grande apoio sem proporções, além daquele apoio que os princípios econômicos possam dar espontaneamente, das possibilidades remotas, por exemplo, que elas são válidas, e que crescerão com impacto e relevância.

- *Uma Economia Participativa não poderia bloquear os dissidentes do mesmo modo que os mercados fazem, talvez mesmo até o ponto de que algo como a própria Z Magazine[7] não pudesse existir?*

---

7 - A Z *Magazine* é um projeto autogerido que tem como principal coordenador o economista Michael Albert, autor desse texto. É uma revista que tem textos dos mais variados autores de todo o mundo e que tratam geralmente de política, economia, ecologia e movimentos sociais (www.zmag.org). (N. T.)

Há um sentido nisso, sim. Suponha que algumas poucas pessoas decidam criar uma revista em uma Economia Participativa. E suponha que pouquíssimas pessoas queiram isso – pouquíssimas mesmo, usando os típicos procedimentos de planejamento para decidir a questão – para justificar o sistema de planejamento nos dando todas as informações que necessitamos. Qual é a alternativa, então?

- *Bem, nós poderíamos fazer isso com trabalho voluntário – tentando fazer as coisas de modo a conseguir público, e continuar depois.*

- *Ou nós poderíamos apelar para algum escritório de administração especial, que tem bases no valor dissidente da coisa – o "valor dissidente" sendo algo que a economia reconhece amplamente, como um tipo de investimento social (mais ou menos como a filantropia agora, em certo sentido, mas controlado democraticamente).*

Então, enquanto esses são problemas reais em qualquer sociedade, é difícil para eu considerar que a Economia Participativa não seja muito superior nestes eixos do que qualquer outro modelo econômico que saibamos a respeito.

- *Para as decisões, por que não utilizar o consenso o tempo todo?*

Pela mesma razão que nós não escolheríamos o simples voto para decidir o tempo todo, ou seríamos contra as pessoas que fazem o que querem a toda hora – pois o consenso conduz a uma distribuição particular de influência que é consistente com as normas guias em alguns casos, mas não em outros.

Mas eu devo esclarecer algo. Quando as pessoas falam sobre consenso, muitas vezes elas confundem duas partes – primeiro, comunicação clara e completa, fornecendo espaço para os afetados se expressarem, etc. A parte de processo. Segundo, cada pessoa possuindo veto sobre qualquer plano proposto ou decisão. A parte de contribuição com a decisão.

O primeiro aspecto, a parte do processo, é quase sempre apropriado e pode ser conciliado com qualquer dispositivo de votação, apesar disso ser incomum num contexto elitista. O segundo aspecto, o direito de participar na decisão, é um elemento que algumas vezes faz sentido, mas muitas vezes não faz, e a Economia Participativa deve empregá-lo algumas vezes, mas muitas outras vezes, não.

- *Mas todos não devem concordar com cada decisão?*

Não, não há razão para acreditar que os humanos, mesmo na melhor sociedade que nós possamos imaginar, irão sempre enxergar tudo sob o mesmo prisma. Ao invés disso, nós podemos prever com convicção que haverá incontáveis situações, nas quais os envolvidos, as partes afetadas, terão opiniões contraditórias – tanto valores como avaliações – que as conduzem ao favorecimento de diferentes opções. Ter uma forte dissidência não é um sinal de falha, de modo algum, e é muitas vezes essencial à vitalidade e ao progresso, de fato. Agora, pode-se perguntar, o que você fará com o avanço da dissidência – e, por exemplo, uma coisa muito boa a se fazer, quando possível, é fornecer os meios para a sua expressão na experiência e exploração do avanço, de forma que, entre outras coisas, se o caminho dos "vitoriosos" se demonstrar indesejável, o caminho dissidente continuará sobre a mesa para implementação. Essa é a lógica da diversidade aplicada às decisões.

- *Por que nós não podemos dizer "vale qualquer coisa"? Por que cada parte não pode apenas cumprir seu papel? Por que deveria haver limites para os indivíduos, e se houver, o que fazer com os indivíduos que os violarem? Utilizar repressão?*

O "vale qualquer coisa" não é uma opção, pois é internamente inconsistente. Se eu faço qualquer coisa que eu quero, isso pode restringir a sua capacidade de fazer qualquer coisa que você queira. Portanto, por exemplo, suponha que eu queira ser seu proprietário e decidir sobre sua vida. Você então não tem opção, apesar de eu estar me beneficiando do "vale qualquer coisa". Em um nível menor, suponha que eu queira empregar você como um escravo assalariado – você agora possui opções limitadas, enquanto eu me beneficio do "vale qualquer coisa". Tanto os proprietários de escravos como os capitalistas, ambos apelam à idéia que eles devem ser livres para prosseguir com suas vontades, defendendo então a escravidão e a escravidão assalariada como um direito deles. A razão disso não ser constrangedor, ou de não dever ser, é porque as vontades deles não deixam os outros com as mesmas liberdades que eles reivindicam para si mesmos. Agora, em um nível muito menor, mas ainda relevante, se eu quero ouvir rádio muito alto e você quer silêncio, nós não podemos, ambos, fazer o que quisermos se estivermos dividindo um pequeno local de trabalho. Portanto, existem limites. Uma boa economia, ou sociedade, não é organizada pelo objetivo do "vale qualquer coisa". Pelo contrário, ela necessita de mecanismos pelos quais as pessoas possam escolher livremente no contexto das livres escolhas dos outros, e para a economia, é isso que a Economia Participativa proporciona.

Você também pergunta, se alguém violar os limites que uma Economia Participativa impõe, o que acontece? Há muitas possibilidades. As pessoas que estão incomodadas possivelmente não vão querer enfrentar a violação, pois isso simplesmente não é digno do tempo delas para causar uma confusão. Ou, se a violação for relevante, deve haver uma intervenção – ela pode ser local ou pode envolver pessoas treinadas para essa tarefa. Ter uma boa sociedade não significa não ter disputas, não precisar de julgamentos, não precisar de uma intervenção para negociar humanamente, mas efetivamente, com as pessoas anti-sociais, muito menos com assassinos em série... mas estes são assuntos para a política, não para a economia, exceto à medida que, se tais funções existem em uma boa economia, a remuneração será pelo esforço e pelo sacrifício, os complexos de tarefas serão balanceados, as participações nas decisões serão proporcionais, etc.

Em Busca da Autogestão

Era uma vez um imã, e nas proximidades de sua vizinhança viviam alguns filetes de aço. Um dia, dois ou três filetes sentiram um súbito desejo de sair e visitar o imã, e começaram a conversar sobre como seria agradável fazer isso. Outros filetes vizinhos, sem querer, ouviram a conversa deles, e também, foram influenciados pelo mesmo desejo. Outros mais se juntaram a eles, até que todos os filetes começaram a discutir o assunto, e mais e mais o vago desejo deles tornou-se um estímulo.
"Por que não ir hoje?", disseram alguns deles; mas outros eram da opinião que seria melhor esperar até amanhã.
Entretanto, sem que eles tivessem percebido isto, estavam movendo-se involuntariamente para perto do imã, que estava lá completamente

tranqüilo, aparentemente, não prestando atenção neles. E então eles continuaram discutindo, por todo o tempo sendo atraídos, sem sentir, e ficando mais próximos ao vizinho, e quanto mais conversavam, mais eles sentiam o impulso crescendo e ficando mais forte, até que os mais impacientes declararam que deveriam ir naquele dia, independente do que o resto fizesse. Alguns foram ouvidos dizendo que era seu dever visitar o imã, e que eles deveriam ter ido há muito tempo atrás. E, enquanto eles conversavam, continuaram a se mover cada vez mais e mais, sem perceber que se movimentavam. Então, finalmente, os impacientes prevaleceram, e, com um impulso irresistível, toda a turma gritou, "Não há sentido em esperar. Nós iremos hoje. Nós iremos agora. Nós iremos de uma vez." E então, como uma massa unânime, eles correram, e em seguida estavam grudando rapidamente no imã por todos os lados. Então o imã sorriu – para os filetes de aço não terem nenhuma dúvida, de que estavam pagando esta visita com seus próprios livres arbítrios.

-Oscar Wilde

Concordando que a principal meta para um movimento que defenda a Economia Participativa é a autogestão, ou a participação nas tomadas de decisão, de forma proporcional ao quanto se é afetado; quais as exigências que podemos fazer hoje, e que irão nos ajudar a caminhar em direção à autogestão amanhã?

• Criar conselhos de trabalhadores e de consumidores

Se os trabalhadores tivessem noção que eles podem parar todos os trens de alta velocidade, amarrar com correntes poderosas todos os navios no oceano. Todos os instrumentos do universo, toda mina e todo moinho; as tropas e os exércitos das nações, iriam, ao comando deles, permanecer em silêncio.

-Joe Hill

Eu faço minhas atividades porque eu não posso ser uma mera expectadora e ver algo errado sem protestar.
Eu não faria mais me lamentando do que eu poderia fazer se eu estivesse me afogando.

-Emma Goldman

O fato de cada trabalhador, em algum local de trabalho ou indústria, ou cada consumidor em uma vizinhança ou município, ter uma opinião pessoal separada de seus colegas de trabalho ou seus vizinhos, significa relativamente pouco. Ao invés disso, para decidir conjuntamente e buscar novas relações, os trabalhadores e os consumidores precisam se encontrar para compartilhar suas visões, atingir desejos coletivos, e defender juntos as opções escolhidas.

Os conselhos democráticos são instituições locais que os trabalhadores e os consumidores utilizam para buscar seus objetivos coletivos. Um primeiro passo para criar os conselhos de trabalhadores e de consumidores, é se reunir para discutir a idéia de conselho. Isso é um bom ponto para começar. A partir disso, formalizar as regras do conselho e estar de acordo com um programa local de membros, para seguir os fundamentos e para que os trabalhadores e os consumidores busquem mudanças, com relação a tudo, desde salários e condições de trabalho, até orçamentos e investimentos. A partir daí, eles podem aperfeiçoar seus programas, de acordo com suas experiências contínuas e seu crescimento em tamanho e força.

• Democratizar o acesso à informação

O bom senso é o que há de mais bem distribuído no mundo, pois cada um pensa estar bem provido dele, até aqueles mais difíceis de satisfazer.
-René Descartes

Não é suficiente que as formas de governo tenham o consentimento passivo ou "implícito" dos governados, a sociedade estará segura apenas se for democrática e autogovernada em sentido completo, o que implica que todos os cidadãos devam, não apenas, ter o "direito" de influenciar suas políticas, se eles assim desejarem, mas que seja dada a maior oportunidade possível para que todos os cidadãos realmente exerçam os seus direitos.
-G.D.H. Cole

Ninguém pode tomar boas decisões sem informações exatas e abrangentes. Se você tem o direito de escolher, mas está desprovido das informações que sustentam suas opções, a escolha se torna uma charada. Para participar de forma inteligente, as pessoas precisam de informações sobre as decisões que as afetam. Os esforços para democratizar as informações nos locais de trabalho e nos orçamentos municipais, regionais, estatais e nacionais, favorecem a autogestão por tornar a informação disponível, o que é uma condição fundamental para a autogestão. E mais, exigir que a informação seja exposta de forma simples, disponível e compreensível, e o direito de ter acesso a ela durante o tempo de trabalho pago, e não durante o lazer, também ajudam a autogestão.

• Democratizar a tomada de decisão no local de trabalho

Quando os trabalhadores forem a sociedade, eles irão regular seu trabalho, até que a oferta e a procura sejam reais, e não especuladas; e será possível medir ambas, para que as sociedades que tenham necessidades, possam supri-

las; não haverá mais escassez artificial, nem pobreza dentro da produção, entre uma imensa relação de coisas que devem substituir a pobreza pelo bem-estar. Em suma, não haverá mais desperdício e nem tirania.
-Willian Morris

O fato de existirem conselhos com membros informados, cria a possibilidade de se lutar por benefícios salariais, posições sociais, preços, investimentos e tudo na vida econômica. Mas por que os trabalhadores e consumidores devem lutar por seus desejos, novamente, cada vez que uma nova questão surgir? E por que lutar para ganhar o direito de participar diretamente das decisões, ao invés de participar apenas quando houver uma luta longa e debilitante?

É bom para os conselhos de trabalhadores (ou sindicatos) fazer uma campanha que vise forçar aqueles que tomam as decisões, para que elevem os salários e melhorem as condições de trabalho, obviamente. E isso também é bom para os conselhos de consumidores ou movimentos, forçarem o governo para que altere a distribuição de verbas e faça controle de poluição, por exemplo. Mas também seria bom, tanto para os conselhos de trabalhadores como de consumidores, receber como parte das responsabilidades diárias normais de seus membros e de forma tranqüila, aumento de salários, melhoria de condições, ou alteração orçamentária, por razão de seu poder legítimo na tomada de decisão, sem ter que lutar por isso.

Em outras palavras, juntamente com os ganhos via luta de conselhos e sindicatos, que exercem pressão para chegar aos resultados desejados, democratizar a tomada de decisão econômica também requer ganhar poder para os conselhos no atual processo de tomada de decisão. Este poder pode

variar, desde os modestos ganhos, como possuir um ou dois delegados do conselho nas reuniões industriais ou governamentais, com o intuito de comunicar os objetivos do conselho, ganhar alguns direitos de decisão em algumas reuniões, até ganhar direitos completos de decisão, em quaisquer outros setores dos locais de trabalho ou do governo, com relação às decisões econômicas.

Em suma, nós usamos os conselhos, e outros meios a nossa disposição, para lutar por melhores condições e outras reformas, obviamente, mas nós também lutamos contra a natureza da contestação por si só, contra os sistemas de conflito e pela futura tomada de decisão.

• Aumentar o poder dos consumidores sobre a produção

As vidas das pessoas estão tumultuadas. Há uma sensação de crise para os homens, assim como para as mulheres, e para as crianças também. Nós temos idéia ou até mesmo um indício de como as pessoas podem e devem viver, não como vítimas, da forma que as mulheres viveram no passado, nem como átomos que apenas giram ao redor de seus próprios eixos, mas como agentes morais em uma comunidade humana?

-Bárbara Ehrenreich

A decisão sobre o que um local de trabalho vai produzir e se ele vai utilizar uma ou outra tecnologia, não deve ser inteiramente feita pelas pessoas que trabalham nesse local, mesmo que elas estejam num conselho de trabalhadores. Essas decisões também afetam os consumidores e vizinhos desse local de trabalho, por isso, eles também devem ter participação nas decisões.

Incorporar todos os agentes de forma proporcional na to-

mada de decisões, requer um aumento do poder daqueles sub-representados. As exigências dos comitês de supervisão das vizinhanças, com relação aos impactos ecológicos e outros impactos locais de um local e trabalho, são desejáveis, assim como as exigências para a participação dos consumidores nas decisões dos locais de trabalho no que diz respeito aos produtos e preços. Tais exigências podem beneficiar os pobres e também ampliar a consciência, fortalecer o compromisso, e desenvolver uma nova organização para obter ainda mais benefícios no futuro.

- **Democratizar os orçamentos sociais**

Imagine que os humanos estejam tão estruturados que desejem a oportunidade de tomar para si o trabalho produtivo livremente. Imagine que eles queiram ser livres da intromissão dos tecnocratas e dos governantes, banqueiros e magnatas, loucos bombardeadores, que se dedicam a fazer testes psicológicos em camponeses, defendendo seus lares, cientistas do comportamento que não conseguem diferenciar um pombo de um poeta, ou qualquer outro que tente colocar a liberdade e a dignidade para fora da vida ou jogá-las no esquecimento.
-Noam Chomsky

Pense numa cidade decidindo seus orçamentos para educação, saneamento, novas moradias, novas clínicas de saúde, removedores de neve, ou qualquer outra coisa. Quem é afetado? Na maioria das vezes, todos os cidadãos, é claro. Quem toma as decisões? Na maioria das vezes, funcionários públicos, eleitos pela elite, pressionados pelas corporações locais e nacionais, tentando maximizar os lucros, é claro.

Para nos movermos em direção a uma maior partici-

pação, as exigências de aumento de participação sobre o volume ou propósito dos itens orçamentários, assim como as despesas militares nacionais, os programas de bem-estar estatais, ou as verbas municipais destinadas a um novo hospital, certamente são bons fatores. As exigências que tornem públicos os orçamentos e que incorporem os conselhos de trabalhadores e de consumidores nas tomadas de decisão sobre os orçamentos, como uma parte natural do processo, são excelentes fatores também.

De fato, assim como em todo componente de um programa da Economia Participativa, a idéia central é que as exigências que melhoram as condições para os oprimidos são boas. Mas, além disso, se a retórica e o processo de campanhas para atingir tais exigências também aumentarem a solidariedade, o entendimento e a organização da Economia Participativa, será uma outra importante melhoria. E finalmente, se as campanhas puderem conquistar, não apenas melhores condições, mas um novo campo de atuação no qual seja mais fácil ainda se conquistar benefícios no futuro, e isso é o ideal.

• Utilizando a autogestão em nossos próprios projetos e movimentos

...o único capaz de ter o papel de direção é o ego coletivo da classe trabalhadora que tem o direito soberano de cometer erros e aprender a dialética da história por si só. Vamos colocar isso de forma bastante direta: os erros cometidos por um verdadeiro movimento revolucionário de trabalhadores é, historicamente, muito mais produtivo do que as corretas decisões do mais admirável Comitê Central.

-Rosa Luxemburgo

Você tem que ser a mudança que você quer ver no mundo.
-Gandhi

Imagine que tenhamos um movimento que defenda vigorosa e intransigentemente que os agentes devam influenciar as decisões econômicas completamente, nas mesmas proporções que são afetados por essas decisões. Agora imagine que, em seus próprios processos, esse mesmo movimento promova uma pessoa que faça levantamento de fundos, um grande doador, ou alguém com muita instrução, de um tipo ou de outro, para uma posição de poder acima de outros do grupo ou mesmo acima de grande parte dos membros e prejudique a organização, impedindo que maioria dos participantes tenha uma participação proporcional ou ainda qualquer participação sobre a agenda do movimento.

Não é um belo quadro. Este movimento não iria aprender e se instruir pela sua própria experiência de autogestão, pois ele não teria uma experiência verdadeira de autogestão. Esse movimento não serviria como um modelo que legitimasse a eficácia de suas reivindicações, pois ele funcionaria, pelo contrário, como as instituições que ele se opõe. Esse movimento não teria uma nova prática, incorporando o que ele prega, mas possuiria, ao invés, uma prática conservadora, enfraquecendo sua credibilidade a aqueles para os quais ele fala. Esse movimento não seria adequado e legitimado por todos os seus membros e nem receberia seus maiores talentos e participações, mas geraria, ao contrário, um conflito interno e uma péssima moral.

Por essas razões, construir a si mesmo para incorporar regularmente mais autogestão em seus próprios processos, deve ser um componente programático muito crítico de um movimento de participação econômica. Os projetos do mo-

vimento, liderados por poucos mas compostos por muitos, que nada fazem para democratizá-los, são meios ineficientes em busca da autogestão na ampla sociedade que habitam.

Autogestão Industrial

Noam Chomsky

Na Holanda, sob a ocupação nazista, o marxista holandês Anton Pannekoek, produziu seu estudo clássico Workers' Coucils, uma destilação de muitos anos de experiência e reflexões no movimento dos trabalhadores. Os trabalhadores, escreveu ele, "devem ser os donos das fábricas, donos de seu próprio trabalho, conduzí-lo de acordo com suas preferências". De modo que "a propriedade coletiva não deva ser confundida com a propriedade pública", um sistema no qual os trabalhadores são comandados por oficiais do Estado, que dirigem a produção. Os trabalhadores devem, eles mesmos, tomar o controle completo dos meios de produção e de todo planejamento e distribuição. O capitalismo é uma "forma transitória", combinando técnica industrial moderna com o princípio social arcaico de propriedade privada. Tecnologia industrial avançada combinada com propriedade coletiva "significa uma humanidade de cooperação livre", a própria meta do movimento dos trabalhadores. Ele também escreveu que "a idéia de propriedade coletiva dos meios de produção está começando a tomar conta das mentes dos trabalhadores".

A observação de Pannekoek a respeito das sociedades industriais se provou correta independentemente dos Estados Unidos, ainda que a tirania russa tenha esmagado várias vezes essas aspirações na Europa Oriental. Naturalmente, não existe nada se aproximando remotamente da verdadeira democracia industrial, mas as idéias estão vivas e a luta para realizá-las continua, um problema que não é de pouca relevância para o capitalismo internacional. Sob o título "The Swedish Labor, Equality is Being Boss", Leonard Silk escre-

veu no New York Times (em 7 de Abril de 1976) sobre os temores dos capitalistas suecos que "estão tentando moderar o avanço para a igualdade e para o controle" preservando as "fortes prerrogativas de gestão" da economia mista, que "permanece sendo considerada com desprezo por muitos empregadores americanos". Ele adverte que as multinacionais americanas na Europa "devem também considerar a 'co-gestão' como algo muito bom, se comparada ao maior controle dos trabalhadores, que poderá acontecer no futuro".

Similarmente, o Economist de Londres (de 19 de Fevereiro de 1977), discutindo as iniciativas sindicais na Holanda (as quais não são "como os ameaçadores projetos introduzidos pelos sindicatos dinamarqueses e suecos"), aponta que "os sindicatos não estão somente atrás (e têm) a maior fatia de um bolo que está crescendo, mas têm controle ao escolher a receita, ao misturar e também ao assar esse bolo". Correspondentemente, corporações multinacionais "estão lançando um olhar séptico sobre qualquer proposta para investir na Holanda". De fato, o flutuar do capital é o artifício mais importante para preservar a velha ordem sob ataque.

Uma necessidade não toma tão seriamente os pesadelos daqueles que detêm e dirigem a economia internacional capitalista e suas ramificações locais. A extensão da democracia para o local de trabalho tem sido, até então, limitada e as forças alinhadas para dar apoio às estruturas autocráticas tradicionais da ordem "transitória", da mesma forma que aquelas ajudas da administração do Estado, continuam poderosas. Entretanto, as pressões em direção à democracia industrial não podem ser diminuídas.

A Grã-Bretanha é um caso interessante para se apontar. Em Janeiro passado, uma comissão governamental encabeçada pelo historiador de Oxford, Alan Bullock, entregou um relatório propondo a participação de trabalhadores na

administração de grandes empresas. O relatório afirma que "a vinda da era da democracia em nossa sociedade é um processo que inevitavelmente afeta a vida de todas as pessoas como um todo, e isto não pode ser excluído do local de trabalho". Sendo severamente rechaçado por membros da industria na comissão, o relatório sugere uma fórmula "2x + y" para o controle administrativo: um número igual de representantes de trabalhadores e acionistas (2x) e um grupo no meio balanceando (y). Apoiando a proposta, Jack Jones do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte escreve que "levou-se aproximadamente cem anos para estender o sufrágio para todos os homens e mulheres adultos. Nós não podemos dispor do luxo de uma espera de cem anos para cidadania industrial".

Mesmo se as recomendações de Bullock fossem ser implementadas, o que parece improvável, elas provariam estar muito distantes de uma "cidadania industrial" ou da propriedade coletiva defendida pelo socialismo libertário, mas iriam constituir uma forma de participação modesta na gestão. No entanto, estas propostas vão além das realizações do trabalho continental europeu. Por isso a ardente oposição de representantes das corporações industriais britânicas altamente centralizadas. O diretor geral da *Confederation of British Industry*[8] alertou que "a menos que este relatório seja recusado e desacreditado, a face empresarial da Inglaterra será mudada irrevogavelmente...". Cem subsidiárias de corporações multinacionais, principalmente americanas, também seriam afetadas. Mesmo se as propostas forem arquivadas, elas devem ser aplicadas de alguma maneira nas indústrias nacionalizadas, e elas já têm agitado um intenso debate na Inglaterra e provocado muito interesse nos círcu-

8 - Confederação da Indústria Britânica (N. T.)

los de negócios de todo lugar.

A revolução dos trabalhadores, escreveu Pannekoek, "não é um evento singular de duração limitada", mas particularmente "um processo de organização, de auto-educação, no qual os trabalhadores gradualmente (...) desenvolvem força para (...) construir seu novo sistema de produção coletiva". O critério comparativo para a extensão do sufrágio no século XIX não é ausente de mérito. Pressões dos trabalhadores para o aumento de participação, enquanto permanecem limitadas, podem conduzir para uma realização que não tenha justificativa, mesmo técnica ou moral, para os sistemas hierárquicos e autoritários do capitalismo ou suas variedades estatais.

Bernard Nossiter observa no Washington Post (em 26 de Janeiro de 1977) que embora as questões levantadas pelo Relatório Bullock pareçam remotas nos Estados Unidos, onde a "legislação social (...) é tipicamente atrasada se comparada à Europa", ela no entanto, "algum dia poderia atingir os Estados Unidos também". De fato, os Estados Unidos não têm estado plenamente isolados dos esforços para estender princípios democráticos às instituições centrais da sociedade industrial. Para citar um exemplo, a Business Week (em 28 de Março de 1977) fez uma reportagem sobre um programa de participação de trabalhadores na fábrica da General Foods Corporation, citando o executivo encarregado que diz que "do ponto de vista da vida de trabalho humanista e dos resultados econômicos, você pode considerar isso um sucesso". Os problemas permanecem, entretanto o principal deles é "que alguns administradores e o corpo de funcionários viram suas próprias posições ameaçadas porque os trabalhadores atuaram quase que bem demais" na "administração de seus próprios negócios".

Desde as primeiras fases da revolução industrial, isso tem

sido a constante objeção aos procedimentos democráticos. Economicamente, eles têm se mostrado bem sucedidos, mas como um jornal britânico se queixou um século atrás, "eles não deixaram um lugar seguro para os patrões". E ainda, a experiência com o controle dos trabalhadores pode convencer àqueles que realizam o trabalho do mundo, que eles não precisam "marchar com a batida de um tambor", mas podem na realidade tomar o controle direto sobre o sistema de produção, dando desta maneira, um significado real ao conceito de democracia.

A esquerda esteve freqüentemente alerta para as propostas como as do Relatório Bullock, e com a justiça. Conforme as críticas têm alertado, elas podem "dar uma cara democrática à hierarquia capitalista" (Neil Kinnock) e "criar um sistema frustrante que poderia espalhar descrédito sobre a ampla idéia de democracia industrial" (Ken Coates e Tony Topham).

O próprio presidente da comissão falou de uma nova relação entre sindicatos e indústria "com o argumento de que o setor privado pode continuar e ser fortalecido", e não há dúvida que a preocupação com os salários e a produtividade tem sido o principal fator, motivando muitos que defendem tais programas, os quais esperam que vão substituir essas necessidades por outras. John Dunlop, economista de Harvard e criador da Secretaria do Trabalho, discutiu a importância da experiência européia com os "conselhos de trabalhadores" no contexto da preocupação por "meios de obtenção de esforços e performances melhorados", "novos meios de treinar e supervisionar os trabalhadores", e "novos procedimentos para desenvolver a disciplina para minimizar as reclamações ou dissipar protesto". Não é exatamente o que Pannekoek, por exemplo, tinha em mente. Sem dúvida isso representa a atitude que será adotada por defensores do

sistema autocrático preponderante do controle industrial da mesma forma como eles se esforçam para desviar ou controlar as forças democráticas.

Mas a esquerda deve, no entanto, receber bem esses desenvolvimentos, enquanto critica suas limitações e enfatiza a imensa lacuna entre participação e a verdadeira gestão e propriedade coletivas. A experiência obtida numa participação limitada, a compreensão das capacidades de alguém e o absurdo das reivindicações de autoridade, podem ser uma experiência libertadora que irá levar adiante, definitivamente, um movimento para transformar a sociedade industrial, eliminando a dominação capitalista e a autocracia do Estado.

A Autogestão do Capital

Pablo Ortellado

A última etapa do desenvolvimento do capitalismo assistiu ao aparecimento de um novo e estranho fenômeno: a ascensão da economia social ou, como ela também gosta de ser chamada, economia solidária ou, ainda, extravagância dos trópicos, autogestão[9]. Fenômeno aparentemente estranho porque faz reaparecer sob a roupagem daquilo que foi a última séria contestação do capitalismo, algo que pode receber apoio concomitante dos sindicatos, de entidades civis não governamentais e de agências governamentais de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento social. Como se deu essa curiosa ascensão?

A economia social, como é conhecida na Europa, é um conceito que se refere a toda uma gama de atividades econômicas, não necessariamente integradas, onde a propriedade jurídica dos meios de produção é parcial ou totalmente dos trabalhadores. Ela se refere, portanto, a uma série de fenômenos aparentados, mas diferentes, como as ESOPs[10] america-

9 - Antonio Manchado Lozano, presidente da Confederação Espanhola de Economia Social é muito consciente das implicações dos termos. Ele diz: “esta terminologia [“empresas autogeridas”] não a usamos em Espanha, faz já alguns anos. Aqui, caberia uma reflexão sobre o porque eliminamos o termo autogestão em nosso discurso […], em minha opinião, tem sido, entre outras razões, porque encerra alguns matizes políticos que, em toda Europa, têm sido identificados com uma ideologia situada entre o socialismo utópico e o comunismo, o que, em determinado momento, pareceu ruim para competir nos mercados das economias livres.” (“Perspectivas das empresas autogeridas” In: C. G. Vieitez (org.) *A empresa sem patrão*. Marília, UNESP, 1997, p. 128)

10 - ESOP (Employee Stock Ownership Plan) é um plano de benefício e contribuição dentro de uma empresa, onde os empregados compram e mantêm os títulos da companhia. Isso ocorre de diversas formas: compras diretas das ações; através de bônus recebidos; planos de divisão de lucros. Geralmente são utilizadas para abastecer um mercado nas divisões departamentais entre os donos de empresas bem sucedidas, para recompensar e motivar os empregados, fazendo com que eles trabalhem com mais afinco (afinal, agora o próprio empregado é um sócio de onde trabalha). Sistema desconhecido até 1974, atualmente cerca de 11.000 companhias dos EUA o utilizam (inclusive bancos do grupo ABN AMRO), atigindo um número em torno de 8,5 milhões de trabalhadores. (N. E.)

nas, as ECOPs[11] inglesas, os fundos acionários sindicais suecos e as cooperativas, que estão em toda parte, mas com maior força na Itália e na Espanha.

As cooperativas são muito antigas, têm como marco histórico 1844, data da formação da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, inspirada por Robert Owen, socialista utópico, como gostam os marxistas e capitalista próspero[12]. Desde então, o cooperativismo foi uma parte integrante do movimento dos trabalhadores, embora tenha sido obliterado, desde o final dos anos 1870 pelo socialismo revolucionário marxista e anarquista e, finalmente, a partir de 1917, pela versão leninista do socialismo de Estado. Ele foi mais ou menos resgatado e começou a crescer nos anos 60 deste século e abrange hoje porcentagens relevantes da economia de muitos países (um exemplo: Espanha, 3% do PIB e 6% do emprego[13]).

Não é exatamente uma coincidência que o crescimento do setor da economia social tenha começado junto com os movimentos autonomistas dos trabalhadores nos anos 60 e tenha se acelerado imediatamente depois (final dos anos 70/ início dos anos 80) — mesmo período da expansão do novo modelo produtivo capitalista: a assimilação ocidental dos ensinamentos do toyotismo japonês como

---

11 - ECOP (Employee Common Ownership Plan), possuindo a estrutura semelhante a ESOP, essa experiência começou ser efetivada no início da década de 1990, na Inglaterra, onde cerca de 20 companhias (da área de transporte coletivo) foram vendidas para coletivos de empregados, algumas vezes coduzidos por gerentes, outras vezes pelo sindicato. Como na ESOP, os empregados, a partir desse ponto, têm que fazer a empresa render de qualquer modo. (N. E.)

12 - É de se notar que o marco histórico das cooperativas seja Rochdale (1844) e não New Harmony (1825). Isso demonstra não apenas a preponderância do modelo das cooperativas de consumo sobre as cooperativas de produção, como também o fato da autogestão estar ofuscada pela mística da propriedade coletiva — numa cooperativa de produção, muito além da questão da propriedade, se coloca cotidianamente a questão da *gestão democrática*.

13 - "Perspectivas das empresas autogeridas" In: C. G. Vieitez (org.) *A empresa sem patrão*. Marília, UNESP, 1997, p. 197.

lean management[14].

Nos anos 60 e 70, uma série de movimentos de trabalhadores — conhecidos como movimentos autonomistas — passou a colocar em xeque, em todo mundo, alguns princípios então essenciais ao capitalismo. Esses movimentos caracterizaram-se fundamentalmente pela luta contra os interesses patronais por meios heterodoxos (isto é, fora dos sindicatos): num momento inicial, roubos e sabotagens, em seguida, greves selvagens, organização através de comissões e ocupações e tomadas de fábricas. Nessas tomadas de fábricas, os trabalhadores punham em prática alguns princípios de organização coletiva da produção: rotatividade das tarefas, diminuição ou extinção dos níveis hierárquicos, diminuição da distinção entre concepção e execução através da deliberação coletiva e igualdade entre os cargos (em geral política — isto é, na assembléia, cada homem um voto — mas, em muitos casos, também econômica — ou seja, nivelando os salários).

Essas tomadas e a aplicação desses princípios reforçaram as resistências anti-tayloristas que nunca haviam desaparecido e colocaram em primeiro plano nas reivindicações trabalhistas a modificação da organização produtiva — na vertente revolucionária, para a nova sociedade comunista, na vertente reformista, para a humanização das relações de trabalho. Do ponto de vista do capital, essas reivindicações tiveram uma recepção a princípio resistente. Elas pareciam improdutivas e só foram aceitas e parcialmente incorporadas na medida em

---

14 - *Lean Management* é um sistema científico de produção onde todo o processo comercial, e não apenas o manufaturamento, é melhorado e renovado continuamente através de uma eliminação sistemática de todo e qualquer desperdício. A idéia central é a constante melhoria da produção, de modo a permitir que cada um dos setores, em compasso um com o outro, atue de maneira rápida e limpa. É um sistema de organização do serviço, que tem seus principais exemplos em fábricas japonesas, como a Toyota e a Honda. (N. E.)
Para uma panorâmica destes princípios, veja Heinz Metzen e Dirk Bösenberg, *Lean management*. S. l., CETOP, 1993.

que se mostravam como a única saída razoável contra uma possível e provável explosão revolucionária[15].

Foram precisos os estudos pioneiros das novas teorias da administração para que se começasse a ver que havia efetivamente uma elevação da produtividade com as técnicas gerenciais participativas, com o trabalho em equipe, com a rotatividade das tarefas e com a diminuição dos níveis hierárquicos. Mas foi, sem dúvida, o exemplo da indústria automobilística japonesa o argumento decisivo em favor de uma mudança fundamental, de uma profunda reestruturação produtiva.

Os japoneses que, ironicamente, haviam aprendido com a sociologia do trabalho americana dos anos 40, mostravam agora para os ocidentais as virtudes de seu modelo produtivo: grosso modo, trabalho em equipe, redução do desperdício dos estoques e suprimentos, redução da ociosidade hierárquica, horizontalização e integração dos setores e descentralização das decisões não fundamentais. Receita essa a que os ocidentais deram seu tempero: em oposição à estabilidade e ao compromisso de trabalho para toda vida das empresas japonesas (receita do temporário apaziguamento do conflito de classes), estabeleceu-se uma precarização das relações de trabalho, com aumento do trabalho de meio período, do trabalho temporário e a redução dos benefícios trabalhistas.

Tudo isso, casado com o enxugamento dos quadros causado pela reestruturação produtiva, gerou um enorme desemprego. E foi no rastro desse novo desemprego que a economia social encontrou seu empuxe. Retomada agora, não como alternativa socialista, mas, pelo menos declara-

15 - Para uma exposição teórica detalhada dessa tese, veja João Bernardo, *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.

damente, como uma alternativa capitalista ao problema do desemprego, a economia social encontra apoio em sindicatos, organizações não governamentais e agências estatais de fomento (embora, por outro lado, ainda sofra enormes resistências: em alguns sindicatos e na justiça do trabalho que, não adaptados, temem tornar-se anacrônicos e numa parcela do empresariado que teme que iniciativas bem sucedidas ameacem sua hegemonia).

Mas, apesar desse arranque recente, o desenvolvimento das cooperativas, mesmo no Brasil, data dos anos 60[16]. Ele fazia parte, inicialmente, do movimento contestador dos anos 60 e 70 e se apresentava freqüentemente como uma alternativa em germe à forma de organização capitalista. Imediatamente em seguida, o movimento cooperativista soube se adaptar ao refluxo dos movimentos socialistas e à implantação de novas formas de organização do trabalho para se lançar como uma alternativa humana onde se casavam gestão democrática e reduzida perda dos postos de trabalho.

Tudo isso, é claro, desvinculado de pretensões políticas e discursos ideológicos explícitos. Vale lembrar que a legislação brasileira sobre cooperativas (que regulamenta e dá incentivos) é de 1971, do auge do regime militar e que um elemento importante do universo da economia social, as ESOPs (plano de venda de ações para os trabalhadores), foram criadas também nos anos 70 por um senador conservador americano para contrabalançar as exigências radicais da esquerda e constituir uma alternativa controlada de democratização da propriedade.

É importante notar que as cooperativas têm tido, nos últimos tempos, relativo apoio dos governos e tem se mostrado uma parte importante e inofensiva dos programas sociais

16 - Organização das Cooperativas Brasileiras. *Autogestão ao alcance das cooperativas*. S.l., s.d.

que visam diminuir o impacto social do capitalismo globalizado[17]. A favor delas, os estudos mostram que empresas cooperativas demitem menos nas épocas de crise, dão maior estabilidade e salários um pouco melhores do que empresas convencionais[18]. Por outro lado, essas cooperativas só conseguem se manter na medida em que estão na periferia da concorrência capitalista global, em setores onde não há muita competição e onde não são necessários grandes investimentos. Mesmo na Espanha, onde há um relevante setor cooperativo, as médias (menos de 50 trabalhadores) e principalmente as pequenas empresas (menos de 10 trabalhadores), constituem 98% das cooperativas[19]. E não será surpreendente que, também na Espanha, se encontre o perfil das cooperativas que Cândido Vieitez vê no Brasil: "1) freqüentemente cooperativas estão afeitas a atividades rurais ou suburbanas; 2) as cooperativas de consumo têm constituído um pólo relativamente expressivo; 3) o artesanato é uma das atividades que tem propiciado a formação de pequenas cooperativas; 4) uma das formas mais correntes de organização cooperativa resulta da associação de pequenos produtores independentes; 5) há agora formação de cooperativas a partir de estabelecimentos capitalistas em processo falimentar e que são assumidos pelos trabalhadores."[20]

Podemos, levando essas observações adiante, generalizar um pouco e afirmar que as cooperativas autogeridas (que devem ser distinguidas das cooperativas com gestão tradi-

17 - Para alguns dados importantes tanto para o Brasil, quanto para o mundo sobre a redução do emprego nessa nova fase do capitalismo, veja o artigo de Gilberto Dupas, "A lógica da economia global e a exclusão social" *Estudos Avançados* 34 (1998). Para as políticas sociais que tentam minimizar o impacto da exclusão (que parecem estar se expandindo), do mesmo autor: "A lógica econômica global e a revisão do *Welfare State*" *Estudos Avançados* 33 (1998): 171-183.

18 - Lozano, Op. Cit., passim, mas sobretudo, p. 133.

19 - Ibid., p. 132.

20 - "Temas da autogestão dos trabalhadores" In: Vieitez (org.) Op. Cit., pp. 9-24.

cional) só subsistem na medida em que estão menos expostas à competição global, em que não necessitam de grandes investimentos e em que a atividade tem baixa produtividade média[21]. Talvez mesmo o contra-exemplo que normalmente se aponta, Mondragón, só tenha podido subsistir na medida em que abandonou definitivamente os traços autogestionários que apresentou em algum momento — por exemplo, quando expandiu os procedimentos representativos e ampliou a diferenciação salarial.

Mas porque as cooperativas autogeridas só conseguem se manter na medida em que estão na periferia do capitalismo? Talvez porque seu princípio esteja em contradição fundamental com o princípio capitalista. Quanto mais democrática é uma empresa, quanto mais discute coletivamente os problemas, quanto mais cria mecanismos de apropriação autônoma do trabalho, menos ela é eficiente do ponto de vista capitalista, porque atravanca a produção com assembléias, porque tem baixa produtividade e porque não consegue se adequar às exigências do mercado capitalista: cumprir prazos heterônomos, fornecer representantes com autonomia decisória, etc.

Por que vemos hoje então, mais uma vez, a ascensão no Brasil de empresas autogeridas? O que representa hoje a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas), a ATC (Associação Trabalho-Capital) e as Incubadoras de Cooperativas das universidades?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o que levou à criação da ANTEAG e depois da ATC foram as falências generalizadas de indústrias no Brasil causadas pela brusca

---

21 - Dois desses traços foram utilizados por Hans Jürgen Rösner na confecção de um gráfico que visava analisar a estabilidade dos empregos. Veja, “Concorrência global: consequências para a política de negociação capitalista” In: *O trabalho em extinção?* São Paulo, Centro de estudos da Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 1996, p. 30.

abertura à concorrência internacional levada a cabo desde o governo Collor. Algumas dessas empresas, logo após ou um pouco antes de falirem, foram assumidas pelos trabalhadores que tinham assim a possibilidade de manter a empresa e seus empregos, ainda que, em geral, a muito custo: menores salários e instabilidade, seja pela situação da empresa no mercado, seja pelo próprio despreparo administrativo dos envolvidos. Foi no cenário dos primeiros repasses de empresas aos trabalhadores que algumas pessoas ligadas aos sindicatos e suas agências de pesquisa resolveram sistematizar uma metodologia que pudesse facilitar a adaptação ao novo regime e fazer a empresa prosperar. Foi assim que se criou a ANTEAG e depois a ATC com seus assessores e diretores técnicos.

Mais ou menos no mesmo período, antigos militantes da "Campanha contra a fome" ligados a UFRJ começaram a desenvolver um projeto que visava gerar emprego para a população de baixa renda através da formação de cooperativas populares de serviço. Nascia assim a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, cujo modelo inspirou outras semelhantes em diversas universidades do país (treze, até o momento).

Mas quais são as características e perspectivas dessas cooperativas e qual o alcance da sua autogestão? Elas são antes de tudo, cooperativas criadas naquela periferia do capitalismo: empresas de produção falidas que não resistiram à competição internacional e pequenas empresas populares de serviço (empresas de limpeza, artesanato, etc.) Elas possuem, portanto, aquelas condições de desenvolverem os mecanismos democráticos. Mas até que ponto eles podem fazê-lo e até que ponto os gestores encarregados de implantá-los pretendem fazê-lo?

Comecemos pela segunda questão. Qual é o programa

dessas organizações que pretendem promover as cooperativas autogeridas: as Associações de empresas, as Incubadoras, os sindicatos, as organizações da Igreja? Todas essas organizações têm suas diferenças, mas talvez não seria despropositado dizer que nenhuma delas tem um programa político explícito. Externamente, para o público geral e para as agências governamentais, elas alegam buscar apenas resolver o problema do desemprego — criar novos empregos ou evitar que os empregos de empresas falidas se percam. Mas, extra-oficialmente, elas alimentam discretamente o sonho de ver as cooperativas prosperarem e se multiplicarem até abrangerem empresas de alta tecnologia e competitividade e constituírem uma porção significativa do PIB.

Há ainda, nos casos de maior politização, uma retomada do programa owenista de transformação social pela difusão de empreendimentos cooperativos. É claro que tudo isso é agora pincelado com conceitos marxistas, de forma a se conseguir uma síntese do rigor científico do materialismo histórico e o perfume renovado do socialismo utópico. Além disso, todos os recursos que conhecemos posteriormente pelo Welfare State são incorporados: incentivos fiscais às cooperativas, crédito privilegiado, etc. Mas até onde poderíamos mesmo pensar que um tal cenário levaria a uma efetiva transformação social?

Se queremos casar o crescimento econômico com democracia na gestão do trabalho e atenuação das diferenças sociais, então podemos pensar numa retomada — já em si complicada — do Welfare State com uma política de promoção de cooperativas autogeridas. Mas, tudo isso se apóia em alguns pressupostos: na crença de que lógica atual da concorrência capitalista global permite políticas sociais crescentes, na crença de que as empresas autogeridas possam abranger setores competitivos, de alta tecnologia e pro-

dutividade sem se descaracterizar e, finalmente, que o que se entende por autogestão é efetivamente o avesso socialista do capitalismo.

E se nenhum desses pressupostos parece receber confirmação definitiva da experiência, podemos fazer as seguintes observações. Do ponto de vista da militância: será que a burocracia encarregada de fomentar a autogestão (os assessores, os técnicos, os diretores, etc.) se encarregará de promover a capacitação administrativa do coletivo dos trabalhadores, buscando sua autonomia, e não fará apenas a formação de lideranças, que cria gestores na empresa que, por sua vez, dependem de gestores nas instituições que os formam? Do ponto de vista teórico: se essa concepção da autogestão não leva em conta o papel dos gestores (ou da burocracia, como preferir), ela parece confirmar a confusão que se vê na teoria entre o caráter coletivo da propriedade e o caráter coletivo das relações de produção[22]. Não é porque a propriedade da empresa é igualmente dividida que a sua gestão é democrática — mesmo se os diretores são eleitos.

Além disso, devemos apenas constatar que, para alguns desses entusiastas das cooperativas, duas características essenciais do capitalismo são consideradas compatíveis com um regime de autogestão: a desigualdade salarial e a manutenção da lógica capitalista de ampliação crescente da produção (e, antes de tudo do Capital). Esses dois traços estão evidentemente ligados; faz parte essencial da lógica capitalista a promessa de ganhos diferenciados (ou seja, ganhos maiores relativos) para os bem-sucedidos e mesmo ganhos absolutamente maiores para os mal-sucedidos. É também por isso que a igualdade salarial faz parte de qualquer rei-

22 - A esse respeito, veja o texto de João Bernardo “Autogestão e Socialismo” In: *Democracia e Autogestão*. São Paulo, Humanitas, 1999 e também Castoriadis, “Les rapports de production en Russie” In: *La Société bureaucratique, tome 1*. Paris, Union Générale d’Éditions, 1973.

vindicação autogestionária: porque além de ser incompatível (mais do que isso, contrária) com uma gestão hierárquica do trabalho, ela rompe com a lógica capitalista do crescimento da produção desigualmente distribuído — pois se não há distinção salarial não há motivação heterônoma para o aumento da produção e do consumo[23].

Se não rompemos com a lógica que forma gestores, então temos apenas novas diferenciações mascaradas pelo caráter coletivo da propriedade — é a repetição ligeiramente modificada do equívoco que levou a considerar a União Soviética um regime socialista. Ainda que se supere esse problema e se crie instituições que visem não formar gestores vindos do chão da fábrica, mas fomentar a autonomia administrativa do coletivo dos trabalhadores, resta enfrentar o problema da desigualdade salarial e do caráter capitalista da produção. Claro que isso não pode ser resolvido no capitalismo: não se pode nivelar salários, nem diminuir o ritmo da produção, porque o empreendimento se inviabiliza economicamente. Mas é preciso colocar essas questões como problemas, como desafios a serem superados e não como dados pressupostos da economia. Do contrário, se tudo for bem-sucedido, no melhor dos casos, teremos apenas um pouco mais de democracia no capitalismo, levaremos apenas as tendências participacionistas do toyotismo ao seu limite capitalista, teremos apenas a autogestão do capital.

23 - Quanto a esse ponto complicado e polêmico, posso aqui apenas remeter a Castoriadis. Veja as páginas finais de “Valor, igualdade, justiça, política” In: *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 264-335 e também, “A hierarquia dos salários e dos rendimentos” In: *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 247-258.

Autogestão e Tecnologias Alternativas

Murray Bookchin

A autogestão, nos seus mais variados e ricos significados, esteve, desde sempre, estreitamente associada no desenvolvimento das técnicas, ainda que esta associação nem sempre tenha merecido a atenção que seria de desejar. No entanto, ao pôr em relação estes dois aspectos, não quero, de modo algum, comprometer-me numa relação simplificadora, isto é, uma relação que reduza a complexidade dos problemas técnicos a um determinismo tecnológico. Os homens são seres quase inteiramente sociais. Eles desenvolvem um conjunto de valores, de instituições e de relações culturais que permitem, ou não, o desenvolvimento de técnicas. É preciso, creio, insistir de novo no fato de certas invenções técnicas fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo, como por exemplo a máquina a vapor, serem já conhecidas dos gregos há mais de dois mil anos. Com efeito, o fato de uma tal fonte de energia não ter sido, na época, senão usada como simples brinquedo, testemunha largamente a importância que tiveram os valores éticos e culturais da antiguidade sobre a evolução das técnicas em geral e, em particular, sobre todas as épocas não submetidas a uma lógica de mercado.

Mas, de uma outra forma, seria também de um simplismo inaceitável negar as relações das técnicas existentes, em determinado período histórico, com o modo como a humanidade define e interpreta a idéia de autogestão. E, uma tal afirmação é particularmente evidente nos dias de hoje, quando a autogestão é concebida principalmente em termos econômicos, tais como “controle operário”, “democracia industrial”, “participação dos trabalhadores”, isto é, nos

termos dos velhos anarco-sindicalistas, como uma espécie de coletivização econômica. Mais tarde discutiremos como uma tal interpretação da autogestão, compreendida apenas em termos econômicos pode ocultar e diferir outras interpretações da palavra, nomeadamente aquelas que se prendiam com as idéias de federalismo municipal da sociedade medieval, das seções revolucionárias de 1793, e da Comuna de Paris. Mas, para já, é cada vez mais evidente que hoje, quando falamos de autogestão, falamos de uma forma ou de outra, de sindicalismo. Falamos de uma formação econômica que se relaciona com a organização do trabalho, o emprego dos materiais e das máquinas, bem como com a repartição social dos recursos materiais. Em suma, nós falamos das técnicas ou da tecnologia.

Mas, a partir do momento em que questionamos os problemas técnicos como importantes, nós abrimos caminho a um número considerável de paradoxos, que não podem ser resolvidos pelo simples efeito da retórica ou da fórmula moral mais conhecida. Se o papel da técnica, na formação do pensamento e da sociedade, tem sido, por vezes, exagerado por autores diversos, nas suas opiniões sociais, como Marshall MacLuhan ou Jacques Ellul, não podemos contudo negar a sua influência, e até o seu indispensável contributo, na criação das instituições sociais e das atitudes culturais. O sentido altamente economicista que a palavra autogestão hoje evoca, não é senão, por si mesmo, uma prova gritante do grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial[24].

24 - Basta, a este propósito, observar o lugar que a cibernética tomou na linguagem cotidiana. Nós não pedimos já um "conselho" a alguém, mas nós pedimos a sua "retroação". Em vez de estabelecermos um diálogo, nós solicitamos uma "entrada". Esta invasão sinistra do mundo do logos, entendido este enquanto razão, representa a subversão não só das interações humanas, mas da própria personalidade, enquanto fenômeno orgânico de desenvolvimento. O homem-máquina de La Mettrie integra hoje a sua propriedade moderna como um sistema cibernético, não apenas a nível físico mas ao nível da sua própria subjetividade.

O termo “auto”, enquanto prefixo, e a palavra “gestão” tornam-se, no plano das idéias e dos sentidos, opostos um ao outro. A idéia de gestão tende a apagar a idéia de autonomia. Pela influência dos valores tecnocráticos sobre o pensamento, a autogestão, conceito fundamental a uma administração libertária da vida e da sociedade, foi preterida a favor de uma estratégia de gestão eficaz e rentável. Deste modo, a idéia de autogestão é cada vez mais tida em conta, mesmo pelos sindicalistas mais decididos, não por motivos de autonomia pessoal, mas por razões de funcionalidade econômica. Somos impelidos a pensar que “o pequeno é bonito”, não porque assim possamos obter uma sociedade à escala humana, que cada um possa controlar, mas porque dessa forma economizaremos energia. Autonomia e autogestão são encaradas como componentes da lógica industrial, isto é, atitudes mais aptas a resolverem problemas econômicos e técnicos do que problemas morais e sociais. É a própria sociedade que nega a individualidade do homem, que estabelece, afinal, os termos que devem ser utilizados por aqueles mesmos que a pretendem modificar num sentido diferente e libertário. Ela apropria-se, de forma decisiva, da sensibilidade dos seus oponentes mais decididos, estabelecendo os parâmetros das suas críticas e opiniões. Em suma, ela “industrializa” a sua própria oposição possível.

Também a autogestão, que recusa pôr em xeque as suas bases de atuação técnica, não é, por outro lado, menos paradoxal. Será, com efeito, possível acreditar que nas empresas nacionalizadas, ou sob controle operário, estes terão mudado de maneira decisiva o seu comportamento social, cultural e intelectual? Será que uma fábrica, uma mina ou uma grande exploração agrícola se tornam espaços de liberdade e de livre criatividade, só pelo simples fato de serem coletivos

operários que os gerem? Será que a simples eliminação da exploração econômica traz inevitavelmente consigo o fim da dominação social e da alienação cultural? Superando o poder de classe, superaremos o poder da sua hierarquia? Isto é, para falar de modo mais preciso e sucinto, poderão as técnicas atuais responder de forma adequada à modificação e à transformação desejada?

É justamente a partir daqui que noções como “controle operário”, “democracia industrial”, “participação econômica” se mostram, por si só, claramente insuficientes.

Não há argumentos mais claros e precisos para opor as idéias funcionais de organização econômica que o fato, cada vez mais explícito, da natureza autoritária da atual tecnologia. A idéia de uma neutralidade da tecnologia atual, uma neutralidade essencialmente social e política, é, no entanto, um postulado de base, aceito por um conjunto muito vasto de ideólogos e pensadores. Admite-se como claro, o ponto de vista funcional que considera a técnica como sendo apenas o meio inanimado, sem vida, do metabolismo entre o homem e a natureza. O fato de a fábrica ser, por excelência, o lugar privilegiado da autoridade não impede que isso seja tido como uma espécie de fato natural, isto é, um fato que está para além de todas as considerações éticas e sociais.

Infelizmente, quando as considerações éticas sobre a tecnologia são isoladas, e não tomam em conta um determinado contexto histórico ou social, o ponto de vista funcional tende igualmente a sobrepor-se e a prevalecer, exatamente pelas mesmas razões acima apresentadas, pois também ele pressupõe que a tecnologia não é senão uma questão de concepção, um dado que é, ou não, funcional. Só muito recentemente vimos emergir um tipo novo de interrogação, ligado com a instalação de centrais

nucleares[25], que se recusa a aceitar a tecnologia como um "dado", sem outras conseqüências. A noção de que o "átomo pacífico" é intrinsecamente um "átomo agressivo" divulgou-se largamente depois do acidente na central Three Mile Island, em Harrisburg. Aquilo que foi mais significativo neste acidente foi, talvez, o fato dos antinucleares terem conseguido interessar as pessoas pelas novas tecnologias e pelas energias renováveis, que são ecologicamente mais sãs e implicitamente mais humanas. A distinção entre "boas" e "más" técnicas, isto é, uma avaliação ética do desenvolvimento técnico, pode então se fazer com uma acuidade desconhecida desde a primeira revolução industrial.

Autonomia e Educação

Aquilo que me proponho defender aqui é a necessidade que os defensores da autogestão têm em lidar com a tecnologia de uma forma muito idêntica, e num contexto ético semelhante àquela utilizada pelos grupos antinucleares na sua relação com os recursos energéticos. Eu proponho que perguntemos se a fábrica, a mina ou a grande exploração agrícola podem ser legitimamente consideradas como espaço aceitável para uma concepção libertária de autogestão, e

25 - Em 28 de março de 1979, durante a adminstração do presidente Carter, próximo a Harrisburg, na Pensilvânia, ocorreu o pior acidente nuclear dos Estados Unidos com o reator da unidade 2 de 900 MW PWR da Usina Nuclear de Three Mile Island, meses após o começo de sua operação comercial que se deu em 30 de outubro de 1978. O acidente, de repercussão na imprensa mundial, foi causado por falha de equipamento e erro operacional em avaliar-se as condições do reator. A falha de equipamento causou uma perda gradual de água de resfriamento no núcleo do reator, o que resultou em fusão parcial das varetas de elemento-combustível e urânio e na liberação de material radioativo. Não houve vítimas, nem mortes. A limpeza da área do acidente durou até 1993. Em 28 de dezembro de 1993 foi colocada sob armazenagem monitorada. Enquanto isto, a unidade 1 permanece em operação e ambos os reatores serão descomissionados a partir de maio de 2008. (N. E.)

se assim for, quais são então as alternativas possíveis, as alternativas que justifiquem, num campo ético e social, essa mesma concepção libertária. Esta tarefa torna-se cada vez mais necessária, na medida em que o conceito de "autogestão" é cada vez mais encarado como um problema técnico de administração industrial. O "controle operário" pode mesmo tornar-se uma moda de gestão, sem qualquer implicação social de relevo, enquanto os operários consentirem em ser encarados apenas enquanto operários. As suas decisões podem até ser consideradas e tidas em conta, já que, também elas, podem contribuir para racionalização técnica das operações industriais.

E, no entanto, se a autogestão não se tornar uma outra coisa, uma coisa que seja um pouco mais do que gerir as formas técnicas existentes, se o trabalho não for transformado numa atividade livre e criativa, então a autogestão é apenas um falso desafio. Deste modo, é o próprio conceito de autogestão que necessita ser reexaminado. Nós faríamos bem em examinar algumas noções construídas com base na autogestão, particularmente na relação que mantêm com o desenvolvimento técnico, antes de a considerarmos como uma idéia social libertadora. A noção inglesa de selfhood tem a sua origem na idéia helênica de autonomia, isto é, na idéia de "autogoverno". O fato de o termo autonomia apenas significar hoje a simples independência, em termos políticos, deve-se a essa forma de reducionismo, própria da nossa sociedade, e de que anteriormente já falamos. A autonomia helênica estava intimamente relacionada com a idéia de governo social, e com a capacidade que o indivíduo tinha em participar diretamente no governo da sociedade em que vivia, antes mesmo de se ocupar das suas atividades econômicas. Com efeito, o próprio termo "economia" significava a gestão da casa – o oikos – , e não da socieda-

de, e era por isso tido como uma atividade inferior, ainda que necessária, à gestão e à participação na comunidade e na polis. A noção de selfhood era então, me parece, associada mais ao poder do indivíduo no seio da comunidade, do que propriamente à gestão da existência material. No entanto, a possibilidade de exercer um poder social, e dessa forma adquirir uma individualidade (um eu), pressupunha uma certa forma de lazer e uma liberdade material, adquiridas através da boa gestão do meio. Mas asseguradas essas condições básicas, a noção de selfhood exigia mais, e estas exigências podem hoje parecer, ao homem da nossa época, tremendamente significativas[26]. Para começar, a noção de selfhood implicava, desde logo, o reconhecimento da competência do indivíduo. A autonomia, isto é, o autogoverno, teria sido uma palavra vazia se o conjunto de indivíduos que constituíam a polis grega, e nomeadamente a democracia ateniense, não fossem eles próprios seres capazes, de, por si mesmos, assegurarem a formidável responsabilidade do governo. No fundo, a democracia na cidade estava baseada sobre um princípio básico de que qualquer cidadão podia exercer o poder, visto que possuía uma competência pessoal e uma lealdade indiscutível. A educação política do cidadão era, por conseguinte, uma educação da competência pessoal, da inteligência e, sobretudo, da retidão cívica e moral. A chamada ecclesia ateniense, espécie de assembléia popular de cidadãos, que se reunia pelo menos quarenta vezes por ano, era então o terreno privilegiado para testar essa capacidade educativa. Mas a ágora, praça pública onde os atenienses tratavam de todos os seus problemas, é que era,

26 - A noção inglesa de selfhood poder-se-ia traduzir para o português, a grosso-modo, como autodeterminação. O sufixo hood reforça a idéia de capacidade individual e de atividade pessoal. Finalmente o artigo Toward a liberatory tecnology pode ser parcialmente encontrado em edição portuguesa na Via Editora (1976) sob o título Para uma Tecnologia Libertadora. (N. T.)

no fundo, a sua verdadeira escola. Com efeito, parece que a noção de selfhood teve a sua primeira e mais remota origem, numa política da personalidade, e não num processo de produção material[27]. É quase um absurdo, de natureza etimológica, pretender dissociar o prefixo "auto" da capacidade de exercer um controle pessoal sobre a vida social. Sem o seu significado ético, as suas implicações de natureza pessoal moral, a noção de selfhood arrisca a dissolver-se numa espécie de individualismo, vazio e sem sentido, que lembra, por vezes, esse egoísmo da personalidade humana que emerge à superfície da sociedade burguesa como os resíduos das operações industriais.

Retirar a noção de selfhood o seu sentido mais pessoalizado, é ser, desde logo, incapaz de apreender, em toda a sua extensão, o uso de qualquer palavra que contenha o prefixo "auto". A auto-atividade, para usarmos outra palavra possível, implica justamente o uso dessa força individual, bem como a sua aplicação ao processo social. A auto-atividade assenta, ela também, sobre uma política do pessoal que, por um lado, seja uma escola de formação do indivíduo e, por outro, capacidade de intervir e de pesar sobre os acontecimentos sociais. Sem discernimento pessoal, força moral, vontade e sensibilidade necessária à atividade, entendida esta no seu sentido mais nobre e completo, a expressão do eu tende a reduzir-se a uma relação de incapacidade, a uma relação de obediência e obrigação. A auto-atividade, no seu sentido mais profundo, só pode então ser ação direta. Mas também a ação direta, tal como a idéia de governo, só pode ser concebida como expressão de um eu comprometido. A

27 - Deve estar claro para o leitor que ao falar de política, eu uso a palavra no sentido helênico, isto é, enquanto administração da polis, e não em qualquer sentido eleitoral. A administração da polis era para os atenienses um processo de educação constante, bem como uma atividade social de primeira grandeza em que cada cidadão tinha responsabilidades.

prática deste compromisso, que se torna uma autêntica ginástica do cotidiano, é então o culminar daquilo que poderíamos chamar de uma auto-atualização.

A organização segundo os princípios anarquistas é aquela que melhor pode hoje responder a esta necessidade de dar uma expressão cada vez mais latente ao eu. Ela é a ágora, por assim dizer, de uma política da personalidade. A forma como se organiza "o grupo de afinidades" é ele mesmo a expressão de uma associação baseada no reconhecimento mútuo das capacidades de cada um. Quando o grupo perde esta orientação, ele tende a tornar-se então um simples eufemismo. O grupo libertário de afinidades pode ser uma união ética de indivíduos livres e moralmente fortes, capazes de tomarem decisões por consenso, já que eles vivem num reconhecimento mútuo de competências recíprocas. Não é senão no preenchimento desta condição básica, que implica uma autêntica revolução da pessoa humana, que um grupo se pode pretender revolucionário e participante ativo de uma sociedade e de uma relação libertária.

Detive-me sobre estes aspectos, que se relacionam com o prefixo auto, por me parecer que este é justamente o elo mais fraco do conceito de autogestão. Enquanto uma tal política do eu não for explicitamente aceita e praticada, a autogestão não passará, nos seus próprios termos, de um paradoxo sem saída. A autogestão, sem a autonomia pessoal que lhe dá, de imediato, um sentido de empenho individual, arrisca a transformar-se no seu próprio contrário. Isto é, uma hierarquia baseada na obediência e na autoridade. A abolição da exploração de classe não se opõe, de modo nenhum, à existência de tais relações hierárquicas. Estas podem subsistir no seio da família ou até no seio de estruturas burocráticas que pretendem executar as decisões de uma sociedade ou de uma organização "libertária". O único remédio possível

para uma tal situação, que pode perfeitamente compreender os grupos anarquistas, mesmo os mais radicais, é então o desenvolvimento de um processo de "autoconsciência" capaz de, através de uma espécie de sabedoria e de uma auto-atualização constante, chegar a uma autonomia do ser. De Sócrates a Hegel, é essa a mensagem da filosofia ocidental. O seu apelo a favor da consciência individual e da sabedoria, entendidas enquanto intérpretes da verdade, torna-se hoje ainda mais gritante e atual.

Antes de retomarmos as ligações possíveis da tecnologia com um processo de auto-formação, é importante não esquecermos que a noção de autonomia precede historicamente a idéia de autogestão. Não deixa de haver ironia no fato de a autonomia significar independência, com todas as implicações de natureza burguesa e oitocentista que o termo hoje tem, e não uma forma de estar do indivíduo social. No fundo, a idéia de autonomia, entendida enquanto forma de autogoverno, aplica-se à sociedade enquanto um todo, e não apenas à economia. A noção de autonomia grega aplicava-se, no seu sentido mais pleno, à polis e não apenas à oikos, aplicava-se no próprio funcionamento da comunidade social e não apenas ao funcionamento técnico. Deste modo, a autogestão significa hoje, antes de mais nada, a gestão das aldeias, dos bairros e das cidades. A gestão social torna-se mais importante do que a simples gestão técnica. Nas duas grandes revoluções que abriram a era moderna, a revolução francesa e a independência americana, nós assistimos o emergir de uma autogestão popular, nas assembléias de cidadãos, de Boston a Charleston, e nas associações de bairro em Paris. O caráter, vivo e palpitante da autogestão de então, contrasta nitidamente com a sua esfera, tão reduzida ao problema econômico, de hoje. Seria redundante e desnecessário, dada a impressionante produ-

ção de Kropotkin neste campo, insistir ainda sobre a sua oposição, bem como estudar períodos sociais anteriores para a justificar. O que é praticamente indiscutível é que a autogestão teve um sentido bem mais aberto e completo do que aquele que tem hoje.

A tecnologia, na explicação desta mudança, merece um lugar bem mais importante do que aquele que geralmente lhe é dado. A natureza artesanal da sociedade pré-capitalista deixava, pelas suas próprias condições, um importante lugar a um certo desenvolvimento libertário subterrâneo. Sob as instituições imperiais dos Estados europeus e asiáticos, havia sempre lugar para sistemas de associações, essencialmente baseadas na família, na aldeia e na corporação, que nem o exército nem o coletor de impostos podiam reprimir. Tanto Marx como Kropotkin deram-nos a descrição exata do funcionamento deste tipo de sistema social: um mundo arcaico, praticamente estático e resistindo à mudança. A cidade grega e a congregação cristã davam a este conjunto reflexos de individualidade, que permitiam uma maior autoconsciência e uma maior autonomia pessoal. Nas democracias urbanas da Europa Central, tal como na cidade grega, a autogestão municipal teve tonalidades muito ricas e fortes. Foi justamente aí que nasceu o direito a uma individualidade social, que mais tarde inspiraria as concepções mais avançadas de autogestão.

Não poderá, evidentemente, haver qualquer espécie de retorno a esses períodos. As suas limitações, de toda a ordem, são bem conhecidas. Mas as forças materiais que contribuíram pra o seu desaparecimento definitivo são, também elas, mais transitórias do que se pensa. De todas as transformações técnicas que diferenciam a nossa época das anteriores, nenhuma teve, por si só, mais importância do que a menos "técnica" de todas elas: a fábrica. Com o risco de avançar demasiado depressa, direi que nem a máquina a vapor de

Watt[28] nem o forno de aço de Bessemer[29] tiveram mais importância, no aspecto técnico, do que a simples racionalização do trabalho no processo industrial.

A maquinaria contribuiu largamente para este processo, mas foi a racionalização sistemática do trabalho que demoliu a estrutura técnica das sociedades autogeridas.

Façamos agora, por um breve instante, o ponto da situação. O artesanato assenta sobre a habilidade pessoal e um reduzido campo técnico. A habilidade é a sua base de existência real. Com feito, o artesanato assenta sobre a mobilidade de tarefas, a variedade, a motivação pessoal e o empenho de todo o corpo. O seu pano de fundo é uma espécie de canto que se canta enquanto se trabalha; a sua espiritualidade é gosto da articulação de materiais. De modo a obter uma peça simultaneamente útil e bela. Não nos surpreende pois, que a divindade platônica seja, literalmente, um artesão a imprimir forma à matéria[30].

28 - James Watt (1736 – 1819). Nascido em Greenock, Escócia, ao consertar um modelo da máquina atmosférica de Newcomen, tentou melhorar seu rendimento adicionando-a um condensador, separado do cilindro, para manter a alta temperatura deste. Com isso, criou, em 1765, a primeira máquina a vapor, de caráter industrial, economicamente viável, patenteando-a no ano de 1769 e vendendo a primeira em março de 1776, realizando melhorias no modelo ao longo dos anos decorrentes. (N. E.)

29 - Henry Bessemer (1813 – 1898). Nascido em Charlton, Hertfordshire, Inglaterra, desenvolveu, em 1856, o primeiro processo de produção em massa de aço refinado de maneira econômica através de uma fornalha especial que denominada convertor. Em 1860, Bessemer patenteou sua invenção. Na época, o aço custava cerca de £40 por tonelada, com sua invenção passou a custar £20 por tonelada. Por 120 anos as tecnologias deste ramo variaram em torno da invenção de Bessemer. (N. E.)

30 - Segundo Platão, o todo se constitui de forma trinitária: as Idéias reais eternas; o Demiurgo ordenador; a Matéria eterna. Demiurgo pode ser traduzido do grego como artista criador, ou, mais especificamente, como artesão. Sem se aprofundar na questão, para Platão o Demiurgo age como princípio causal, sobretudo como primeiro motor e organizador do mundo. Alguns autores identificam ao Demiurgo da trilogia de Platão com a idéia de pensamento (Logos), como seria próprio de Demiurgo. E outros ainda com o conjunto de todas as idéias do mundo inteligível, visto que por vezes o chama de divino. Platão claramente descreveu a natureza do Demiurgo, como não identificada, nem com a obra (o mundo), nem com o modelo (as idéias eternas). Além disto, o Demiurgo é dado ainda como entidade psicológica, isto é, como alma que se move por si mesma. (N. E.)

A premissa que dá origem ao artesanato é então a seguinte: uma virtuosidade pessoal que passa por um saber tão ético, espiritual e estético como técnico.

O artesanato é a atividade livre e criativa e não o trabalho cansativo. É a atividade sensível, que desperta no ser o seu sentido de autonomia, e não o trabalho embrutecedor, na esfera técnica, ele é, por excelência, uma expressão da autodeterminação e da individualização da consciência e da liberdade. Estas palavras adquirem todos o seus significados no sentimento artístico do trabalho e na idéia de que cada objeto tem uma individualidade própria.

Para o operário de hoje, tudo isso não passa de uma vaga e indecisa lembrança. O barulho peculiar da fábrica de hoje abafa o próprio pensamento. A divisão do trabalho nega ao trabalhador qualquer relação mais explícita com o objeto fabricado. A racionalização do trabalho adormece-lhe os sentidos e esgota-lhe o corpo. Não há qualquer lugar para um modo de expressão artístico ou espiritual, onde o trabalhador não seja ele também reduzido a um simples objeto. A distinção que a língua faz entre artesão e operário é, por si só, suficientemente significativa. Duas razões foram, no entanto, necessárias para determinarem que esta passagem do artesanato ao trabalho da fábrica, se tornasse um desastre social de primeira grandeza. A primeira foi a desumanização a que o trabalhador foi sujeito, passando a ser considerado não enquanto identidade própria, mas enquanto série. A segunda foi a hierarquização a que foi reduzido.

Não deixa de ser significativo que este mesmo empobrecimento do trabalhador tenha sido concebido por Marx e Engels como a prova mais evidente do caráter revolucionário do proletariado. E foi também a partir deste terrível mal-entendido que o sindicalismo acabou por se tornar uma

concepção marxista de mobilização social.

Ambos encaram a fábrica mais como uma espécie de escola da revolução, do que propriamente como a sua ruína. Ambos acabam por atribuir à fábrica um papel estrutural de primeira ordem na mobilização e na movimentação social. Contudo, tanto para melhor como para pior, Marx e Engels exprimem com muito mais determinação este ponto de vista. O proletariado marxista não é senão um instrumento da História. A sua despersonalização, enquanto categoria exclusiva da economia política, libertou-o paradoxalmente de qualquer caráter humano, reduzindo a sua individualidade à sua necessidade. Ele deixa de possuir uma vontade própria, para passar a ter apenas uma vontade histórica. Ele é, enquanto classe em estado bruto, um instrumento histórico no sentido mais estrito. Desta forma, para Marx, "a questão não é saber o que o proletariado quer ou considera como sua finalidade, mas sim, antes de tudo, saber qual a natureza do proletariado, para depois então saber, a partir da sua própria natureza, aquilo que ele terá necessariamente de fazer".

Assim, a natureza aparece-nos separada do ser, a ação separada da vontade e a atividade social separada da capacidade de autodeterminação. A ausência de uma capacidade de autodeterminação no proletariado é aquilo que faz simultaneamente dele um agente social universal. A citação acima feita, extraída da obra A Sagrada Família, escrita no início dos anos 40 do século XIX é, com efeito, indispensável para compreendermos a obra futura de Marx. Sem ela, toda a obra posterior de Marx, apesar de uma retórica sobre a superioridade moral do proletariado, torna-se incompreensível.

Neste sentido, não nos surpreende que a fábrica seja, para Marx, a arena sagrada onde se joga, de forma decisiva, não só o destino do proletariado como a sua educação de classe e de agente social. A técnica reveste-se então de um caráter

que põe em xeque não só a relação do homem com a natureza, como as relações do homem consigo próprio.

Marx insiste no fato que, ao mesmo tempo que ocorre a centralização industrial, a competição e a expropriação, "cresce a miséria, a opressão, a escravatura, a exploração, e por conseguinte cresce também a revolta da classe operária, *impulsionada e motivada pelo próprio processo de produção capitalista*". E diz ainda: "O monopólio do capital torna-se a própria cadeia do processo de produção capitalista. Esta frágil casca voará em mil bocados. O canto de cisne soa para a propriedade privada capitalista. Os expropriadores serão expropriados" (final do Tomo I de O Capital, grifos do autor).

A importância destas célebres linhas, escritas por Marx, reside justamente no papel que elas atribuem à fábrica, como fator de unificação e de organização do proletariado "pelo próprio processo de produção capitalista". A fábrica tornase então, da mesma forma que fabrica objetos, produtora de revolucionários. Este ponto de vista específico é também intrínseco ao sindicalismo. Em ambos, a fábrica não é apenas uma estrutura técnica, mas também social. Marx tendeu a subestimar o papel desta estrutura, considerando-a como uma necessidade, que devia ser atenuada pela existência de um tempo livre, que não pusesse contudo em xeque a existência da fábrica, compatível com a idéia de comunismo.

O sindicalismo, pelo contrário, sublinha a importância desta mesma estrutura social, na medida em que ela constitui o próprio invólucro da sociedade idealizada pelos sindicalistas. Mas ambos esquecem que a fábrica é um lugar em si mesmo privilegiado, com profundas implicações na organização, não só do proletariado enquanto classe, mas na própria organização da sociedade inteira.

Chegados aqui, não me parece difícil perceber que a fábrica, enquanto estrutura social, longe de ter um papel po-

sitivo e mobilizador de transformações sociais importantes, tem antes um papel regressivo. Tanto para o marxismo como para o sindicalismo, em virtude da importância que atribuem à fábrica, a autogestão não passa de uma forma de gestão industrial. A autodeterminação, entendida enquanto capacidade de autonomia e de decisão individual, não pode existir no interior da própria fábrica.

A fábrica desumaniza o proletariado e a liberdade está forçosamente para além dela. Com efeito, como o próprio Marx reconhece, a liberdade "não pode ser senão, para o homem socializado, o poder de controlar e de gerir, de forma racional e coletiva a produção, em vez de ser dominado, de forma cega, por ela" (vol. III de O Capital). E ainda: "Para além da necessidade, começa o desenvolvimento de um poder pessoal e humano que é afinal, nos seus próprios limites, o verdadeiro lugar da liberdade humana; que no entanto necessita, na sua base, do próprio domínio da necessidade. A diminuição do tempo de trabalho é hoje então uma premissa fundamental da reconquista da liberdade".

A fábrica não pode, de fato, ser o lugar da autogestão num sentido amplo e criativo, já que ela é, por excelência, "o reino da necessidade". Ela é mesmo a antítese possível de uma escola que favoreça a livre formação do indivíduo, como, por exemplo, a ágora grega, com a sua noção de educação, favorecia. Quando o marxismo contemporâneo se limita a reclamar o "controle operário", ele acaba por esquecer as mais interessantes premissas de Marx sobre a liberdade. Engels, no seu ensaio Sobre a Autoridade, que retoma algumas das críticas feitas por Marx aos anarquistas, leva estas críticas até às suas conseqüências mais extremas. A autoridade, enquanto "imposição da vontade de alguém sobre a nossa", é, segundo ele, inevitável em qualquer sociedade industrial, comunista ou não. A coordenação das operações industriais supõe então

uma submissão às ordens vindas de cima, e ainda ao "despotismo" (palavras de Engels) da máquina e à "necessidade de uma autoridade imperiosa" na administração da produção. Engels não nos desilude, com efeito. Ele compara constantemente a máquina e o seu papel de autoridade, com o capitão de um navio que exige uma fidelidade e uma obediência tão absoluta como instantânea. Ele confunde a coordenação com a autoridade, a organização com a hierarquia, o acordo livremente determinado com a dominação.

Seja como for, a fábrica não deixa de ser o domínio da necessidade e não aquele da liberdade. Ela é uma escola de hierarquia, de autoridade e de submissão e não de emancipação. Ela reproduz constantemente a servidão do proletariado e a incapacidade do mesmo em superar o domínio estreito da necessidade. Desta forma, para os marxistas, a autogestão, a auto-atividade e autodeterminação, ao serem essencialmente uma questão superestrutural, que pertence ao domínio exclusivo da liberdade, não deviam então ser levadas em conta nessa "base material" da sociedade, onde a fábrica e a técnica são consideradas apenas como fatores naturais de produção.

Pedem-nos ainda, por outro lado, para concebermos este domínio da necessidade, onde cresce, como reconhecia Engels, a imperiosa autoridade, como uma escola capaz de dar ao trabalhador uma nova consciência universal; como se este ser perfeitamente alienado, sem capacidade de autodeterminação própria, pudesse determinar, por si só, uma completa revolução social e caminhar decididamente para uma sociedade livre e autogestionária (entendida, é claro, a autogestão no seu sentido mais amplo e nobre). Porém, a sociedade livre de que nos fala Engels – e é esse o pecado histórico de todo o marxismo – não se liberta da hierarquia. Ela apenas pretende abolir a hierarquia num domínio (o do-

mínio da liberdade) para a impor noutro (o da necessidade). Levado às suas últimas conseqüências, este paradoxo arrisca-se a tomar proporções deveras absurdas.

Também o sindicalismo foi vítima, quase da mesma forma que o marxismo, deste mesmo paradoxo. Mas ele redime-se por uma certa consciência, muito explícita nas obras de Charles Fourier, de que a tecnologia se deve desembaraçar dos seus aspectos hierárquicos e repressivos, ao mesmo tempo em que a sociedade se liberta dos seus aspectos mais negativos. Esta consciência, relativamente interessante do sindicalismo, não deixa contudo de ser pervertida pela idéia de que a fábrica será a infra-estrutura mais adequada da nova sociedade. Daí que a tecnologia tenha sido sempre para o sindicalismo, e falo até do sindicalismo libertário, um problema insolúvel e sem qualquer resposta. Através de quê os trabalhadores, e todas as outras minorias oprimidas (mulheres, jovens, velhos, pequenos grupos étnicos e culturais), poderão aceder à capacidade de se autodeterminarem? Quais as tecnologias que poderão eventualmente substituir – dando-nos uma maior facilidade de autogestão e autoformação – as atuais? E, finalmente, que tipo de "gestão" se torna compatível com uma maior liberdade e uma probidade moral que seja simultaneamente competência e sabedoria?

A resposta a cada uma dessas três perguntas pediria um trabalho considerável. Eu limitar-me-ei aqui a responder, de forma breve, a segunda questão: saber quais as tecnologias que, pelas suas características potencialmente libertadoras, poderão substituir a fábrica numa sociedade libertária.

Tecnologia e Mudança Social

A técnica não é um "fator natural", tal como não são fatores naturais a agricultura e a alimentação, tratadas de

uma forma química ou produzidas de uma forma sintética. Longe de nos ser meramente dada, a técnica constitui um dos mecanismos mais maleáveis que a humanidade possui. As instituições, os valores, os códigos culturais empregados pelos seres humanos são, com efeito, muito mais reticentes à mudança do que, propriamente, os instrumentos que os materializam. A "neutralidade" da técnica sobre as relações sociais é apenas mais um mito. Ela, a técnica, mergulha num universo social de intenções, de necessidades, de desejos e de interações.

A fábrica também tem uma dimensão social, só que a exibe como uma vingança. A sua aparição no mundo não se deve apenas a fatores mecânicos, mas também a fatores orgânicos. A fábrica é um meio de racionalizar o trabalho e não de libertar os homens do trabalho através dos instrumentos. Compreendida esta questão, a fábrica perde esse interesse e essa autonomia que, de forma radical, lhe atribuía Engels. Ela é só uma necessidade na medida que alguma coisa alimenta essa necessidade. Com efeito, esta necessidade não é estritamente técnica, mas sobretudo social. A fábrica é o domínio da hierarquia, e não o campo de batalha e um conflito eterno entre o homem e a natureza. A partir do momento em que as funções sociais da fábrica foram postas em xeque, nós podemos então, com toda a facilidade, perguntarmo-nos, qual a necessidade das fábricas. Do mesmo modo, o dinheiro, o armamento e a energia nuclear são apenas necessários a uma determinada sociedade. A "necessidade" é, em si mesma, um fenômeno socialmente determinado, fato que não era decerto desconhecido para Marx.

O "domínio da necessidade" tem assim fronteiras muito vastas e relativas. Ele depende, na verdade, da visão que cada um de nós tem da liberdade. Separar necessidade e liberdade não passa de um pressuposto ideológico, pois é

bem possível que a liberdade não seja determinada pela necessidade mas, pelo contrário, a determine.

Naquilo que há de melhor na obra de Fourier, esta conclusão está sempre implícita. Os dois domínios, o da necessidade e o da liberdade, encontram a sua síntese num nível superior de valores, onde a alegria, a criatividade e o prazer são fins em si próprios. A liberdade torna-se mais que a necessidade, e a alegria adquire mais valor do que o trabalho. Mas tais valores não podem, no entanto, ser tidos em conta de uma forma abstrata. É preciso estabelecer concretamente tais valores, de modo a que as ricas possibilidades da realidade não se transformem em categorias ilusórias que escapam as exigências da imaginação. Daí o extraordinário interesse do pensamento utópico, nos seus melhores momentos. Ele nos dá a possibilidade de ver aquilo que é geralmente o domínio abstrato das ideologias. Neste sentido, é preciso considerar concretamente as alternativas que podem transformar o trabalho árduo num jogo agradável e lúdico. Com efeito, uma colheita de trigo pode ser feita de duas maneiras quase opostas: a primeira, onde o amor, a festa, o canto e a alegria têm um lugar de relevo, contrasta com a segunda, onde o trabalho é feito com a monotonia das máquinas por um pequeno grupo de trabalhadores. A primeira, onde a mão-de-obra humana desempenha um papel importante, reforça o sentimento comunitário. A segunda, onde a grande maquinaria se impõe, contribui para o isolamento e para o sentimento de opressão que o indivíduo moderno sente. A mesma função, feita de formas diferentes, tanto pode ser uma obra de arte, produto de um artesanato local, como um trabalho desagradável que acentua o mal-estar dos indivíduos. Mas supor que todo e qualquer trabalho árduo é necessariamente um trabalho violento, é também um pressuposto ideológico, um juízo social determinado que parte mais da

própria estrutura social do que propriamente das condições técnicas de trabalho. O empresário que exige dos seus trabalhadores o máximo de silêncio é, de fato, um empresário, porque o mesmo trabalho pode, em condições de liberdade e na ausência de condicionamentos sociais relevantes, ser executado com alegria, com imaginação, com criatividade e, até mesmo, de uma forma artística.

Fiz, noutro lugar, o inventário das técnicas alternativas existentes[31]. Desde então, eu teria certamente muita coisa a acrescentar e muita outra a retirar. Mas mais importante do que estas precisões, que podem ser afinal encontradas em livros notáveis, de que a *Radical Technology*[32] dos libertários britânicos é um bom exemplo, são os princípios sobre os quais eu gostaria de insistir aqui. Uma nova tecnologia está hoje a emergir. Ela é tão importante para o futuro como a fábrica o é para o presente. Ela traz consigo um critério de seleção das técnicas atualmente existentes, a partir do seu interesse ecológico e da sua relação com a liberdade humana. Nos seus aspectos de maior relevo, estas técnicas são fortemente descentralizadoras, isto é, humanas na sua própria escala, de construção muito simples e de orientação compatível com a natureza. Elas vão buscar a sua energia no sol e no vento, bem como nos resíduos urbanos e nos resíduos agrícolas. A agricultura alimentar pode tornar-se uma forma de atividade espiritual, materialmente rentável. Ela é muito positiva para o ambiente e favorece também, o que é ainda talvez mais importante, a autonomia das pessoas e das comunidades.

31 - Cf. o artigo “Toward a liberatory technology”, no meu livro Post-Scarcity Anarchism (Black Rose Books, Montreal, 1977).

32 - Para saber mais sobre esse conceito ver: ILLICH, Ivan. Energia e equidade. In: LUDD, Ned (org). Apocalipse Motorizado. São Paulo: Conrad, 2004. (N. E.)

Esta nova concepção da técnica pode ser designada por "tecnologia popular", os pequenos jardins comunitários, espontaneamente criados pelos habitantes dos guetos de Nova York, os painéis solares feitos de forma quase artesanal e que aparecem com cada vez mais freqüência sobre os telhados, e finalmente os pequenos moinhos a vento exprimem, todos em conjunto, a vontade de iniciativa autônoma de comunidades anteriormente passivas. Aquilo que importa mais não é saber se uma pequena cooperativa alimentar pode substituir um supermercado, se um pomar comunitário tem ou não capacidades para suplantar uma empresa agrícola industrial ou se um moinho de vento pode porventura produzir tanto como uma central nuclear. O que importa é que estas cooperativas, estes pomares e estes moinhos são, de certo modo, o ressurgimento de uma capacidade de autodeterminação pessoal, inacessível às coisas maximizadas, e ainda ao ressurgimento de um sentimento de autocompetência, que em geral é negado ao cidadão comum. A imagem da cidade enquanto fábrica, imagem muito divulgada, foi já tão longe, que as formas técnicas e institucionais alternativas têm também de ser suficientemente radicais e profundas.

Dada a situação da fábrica, é necessário, para ouvirmos os apelos da autogestão, irmos aos bairros e aos movimentos feministas e ecologistas e perto de todos aqueles que tenham já adquirido uma autonomia pessoal, cultural, sexual e cívica. A nova tecnologia pode ser o resultado de uma nova sensibilidade, de uma nova competência e de uma nova consciência. A energia solar ou eólica, bem como o pomar artesanal, são opções técnicas bem mais antigas que a fábrica.

Que elas possam renascer hoje sob o nome de tecnologia popular ou alternativa, é apenas o indício de que há a necessidade de operar uma mudança no sistema social atual. Estas técnicas alternativas nos dão hoje, justamente, o contex-

to possível, e talvez histórico, para uma tal mudança social. Elas permitem que a autogestão seja efetivamente uma realidade viva e concreta, que traz do passado os aspectos mais positivos. Todos estes aspectos, fazem delas realidades e, em certa medida, utopias, mas não simples visões. Finalmente, como dispositivos educativos comunitários, elas tendem a desenvolver uma política de personalidade, só comparável com aquela que o "grupo de afinidade" anarquista, entendido como arena educativa, pode desenvolver.

A importância destas alternativas atingiu hoje um tal grau que só podemos comparar com a decomposição da sociedade tradicional na véspera do capitalismo. Estas alternativas podem, contudo, tornar-se uma tecnologia industrial, na base de centrais solares gigantescas ou na base de uma agricultura biológica tão intensiva como a que existe hoje. Os pequenos pomares, os painéis solares, os moinhos de vento, os centros de reciclagem, podem hoje ser recentralizados e reestruturados, segundo esquemas repressivos e hierárquicos. Nem o marxismo nem o sindicalismo podem perceber a natureza mais profunda destas alternativas atuais. E precisamos, no entanto, de esquemas teóricos capazes de interpretar as novas possibilidades sociais que se abrem hoje à humanidade. Só, parece-me, uma sensibilidade libertária poderá fornecer tais critérios. Na ausência de uma tal consciência capaz de articular a lógica social de um tal quadro técnico, as mais ricas possibilidades poder-se-ão inevitavelmente perder, enquanto nós assistimos a integração desta tecnologia alternativa na lógica de uma sociedade repressiva e tecnocrática. Nesse caso, nós teremos sido reduzidos, como um coro da antiga Grécia, a um destino que não controlamos. Talvez, em tal posição, exista algo de heróico, o que não quer dizer que não existe também algo de trágico.

Socialismo Libertário

Abraham Guillén

É preciso libertar a espécie humana e não só o trabalhador enquanto classe. A autogestão como alternativa.

Publicam-se muitos livros, estudos, estatísticas; são feitas declarações de partidos políticos e de organismos sindicais; editam-se numerosos livros nas Nações Unidas; difundem-se os estudos do Clube de Roma; distribui-se fartamente a literatura marxista-leninista "made in URSS"; tudo isso para prometerem um mundo melhor, mas tudo vai para o pior; pois toda essa literatura burguesa, burocrática ou tecnocrática, explica a sociedade que não quer o povo. Com as coisas assim em todo o mundo, o maior partido não é a sociedade democrática, os comunistas, os demo-cristãos, os friedmanianos ou os keynesianos, ou então o *partido do descontentamento*, surgido do abandono ou do desencanto popular de todas as políticas ou ideologias, tanto de direita, como de esquerda.

O povo trabalhador, o simples cidadão, o camponês, o homem comum estão fartos de *política retórica*, de discursos vazios prometendo o que a classe política não cumpre e que, com seu saber, monopoliza o poder. Não existe emancipação sem dar participação aos trabalhadores em suas empresas; aos cidadãos em seus autogovernos, comarcas, províncias e regiões e federações econômicas e administrativas, que acreditam numa democracia direta, num socialismo federativo, onde o povo se autogoverne sem "elites" políticas. Somente assim, se libertará ao homem pelo próprio homem, não só a uma classe somente, mas a espécie humana que está amea-

çada pela contaminação ecológica e pela bomba atômica.

Se os donos do capital e da terra, dos meios de produção, troca e consumo transformam o homem, livre por natureza, para a condição de assalariado, a força de trabalho em mercadoria; *são assim as relações econômicas e sociais de produção – injustas – que fazem o homem infeliz, alienado*.

Se o Estado-patrão substitui os patrões privados como dono do capital, o homem continuará sendo assalariado e mais alienado do que tendo que escolher um entre vários patrões. Pois o *Estado-patrão nacionaliza tudo*, suprime a liberdade econômica e a liberdade política, com isso, nacionaliza o homem como força de trabalho monopolizada pelo Estado, ou seja, pela burocracia totalitária.

O povo já não crê nas burocracias e nas tecnocracias (novas classes dominantes) administradoras do excedente econômico que não é gerido pelos produtores diretos nas suas empresas, nas quais os conselhos de administração não têm participação. Para o trabalhador polonês, por exemplo, sua burocracia ou tecnocracia, não são menos opressivas e exploradoras que as burguesias para os trabalhadores ocidentais.

Os trabalhadores não sabem de teorias, e lhes aborrece muito que tudo o que não for teoria da classe política, seja utopia da classe trabalhadora. Isso significa que esta não tem salvação nem com o capitalismo de Estado e nem com o capitalismo privado, mas somente com a *democracia autogestionária* que coloque o povo como sujeito de si mesmo. Toda uma série de fracassos políticos das revoluções (clássicas ou convencionais) indicaria que se deve inventar algo novo para nossa época; algo que seja distinto do neocapitalismo em crise e do socialismo burocrático (desacreditado, perante os trabalhadores, nos países do Leste).

Toda *revolução* triunfante, que substitua um sistema destituído, tem que ser melhor e não pior; criar mais forças pro-

dutivas que o regime derrubado; mas isso não é possível na Polônia nem em outros países de socialismo administrativo. Se a Revolução Russa – com "socialismo" – produz menos liberdades que a Revolução Francesa. Dessa forma o comunismo soviético não é socialismo mas sim um capitalismo de Estado: uma revolução contra-revolucionária, que não serve como modelo de emancipação dos trabalhadores, mas somente como modelo de sua opressão.

O verdadeiro socialismo pressupõe a liberdade, a igualdade, a paz, a abolição das classes, o Estado dissolvido na Sociedade e não colocado sobre ela; a supressão do desenvolvimento desigual entre a cidade e o campo; a superação da contradição entre o trabalho manual e intelectual. Por fim, o socialismo é de participação direta dos trabalhadores em suas empresas, dos cidadãos em seus autogovernos, sem que uma classe política monopolize o Poder com um Partido único e um Estado totalitário.

O trabalhador em sua fábrica autogerida, o camponês em sua cooperativa, o cidadão em seu autogoverno, têm que controlar diretamente; enganam-se mas podem se corrigir; descobrem a teoria a partir da prática; experimentam o ideal e o real; comprovam com seu trabalho a validade das idéias. É assim que o povo se autogoverna. Sem participação popular não há emancipação do homem; não há desalienação política, das ideologias ou das religiões.

Estamos numa crise, em extensão e profundidade, em nosso sistema econômico, político e social. *As relações de trabalho têm que ser modificadas* para que a crise seja resolvida, colocando o capital ao serviço do trabalho e não o contrário, como acontece nos capitalismos privado e de Estado.

Nos encontramos numa *civilização desorientada*. A economia capitalista tem sido usada e corrompida durante muitos anos; a alternativa soviética não é válida, pois acabou dominando o proletariado o qual pretendia redimir da exploração

capitalista. *Fica, então, a alternativa da economia de autogestão*, para sair da crise – não com formulas milagrosas, mas com o esforço e sacrifício de todos – repartindo-a entre todos. A alternativa já não é a propriedade estatal ou privada: estas duas formas de propriedade não superam o trabalho assalariado, nem a economia monopolizada pelo Estado e pelo capital privado. Isso evidencia que sem autogestão não há emancipação dos trabalhadores por eles próprios, sem líderes providenciais.

Para sair da crise mundial, deve-se libertar o homem da "proteção" do Estado, da dominação do capital privado, sem determinismo econômico do objeto sobre o sujeito, sem a "coisificação" do homem como força de trabalho, sem alienação do sujeito pensante pela coisa alienante: mercadoria, salário, dinheiro, preço, monopólios, renda, mais-valia, propriedade.

É preciso que se democratize a economia, a política, a técnica, a ciência, a administração, as instituições jurídicas, as forças armadas, a informação, a riqueza, o poder e o saber, para que o povo possa participar, com conhecimento de causa, numa sociedade autogestionária.

Frente ao *poder totalitário* deve se instaurar um *Autopoder* direto, para eliminar toda classe de despotismo; estruturar a economia sobre a base da autogestão, a cooperação, o mutualismo, o federalismo, o autogoverno, por baixo e o co-governo por cima, baseado num federalismo inteligente.

Se o ópio do povo era a religião, alienando a criatura humana em Deus, sua morfina é agora a ideologia, que aliena as massas populares no culto do *Homem-Deus*: o líder providencial. Entre Stálin e Hitler, por exemplo, até o cruel Moloch parecia humano. Assim então, o homem se liberta sem se alienar em outros homens, em ideologias ou em religiões, se emancipando por suas ações e sua solidariedade com outros

homens, já que deve ser o homem, e não os ilimitados líderes, o sujeito da história.

A cooperação – não o cooperativismo como ideologia dentro do capitalismo – criou as primeiras empresas autogestionárias, experimentadas praticamente por homens como Robert Owen e Howarth que, sem violência, desejavam reformar ou superar o capitalismo. Entre os teóricos do socialismo, Charles Fourier propôs a criação dos *falanstérios*: unidades sócio-econômicas integrais que incluíam a autogestão econômica, política e social. Nesta ordem de idéias, Fourier coincide com o pensamento anarquista de Proudhon, Bakunin e Kropotkin, ao propor a autogestão da economia pelos produtores diretos sem mediação de uma classe parasitária, sem administradores do excedente econômico, sem entregar a riqueza e os poderes a um Estado-patrão.

Marx e Engels, fizeram deles o lema da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), no sentido de que "a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores", mas abandonaram aquele princípio autogestionário, colocando o Estado por cima da Sociedade, sob forma de "ditadura do proletariado durante um período de transição". Mas a realidade demonstrou, nos países do Leste, que o Estado-patrão não deixa que os trabalhadores recuperem seus meios de produção e troca por meio de empresas autogestionárias, no lugar das empresas estatais, dirigidas pela tecno-burocracia sem a participação plena dos trabalhadores.

As cooperativas de produção e serviços, em países de economia de Estado, com um rígido sistema de planificação econômica centralizada, estão mediadas politicamente por instruções dirigidas pela burocracia, controle de mercado, intervenção política dos partidos monolíticos, quebrando assim um dos princípios básicos do cooperativismo: neutra-

lidade política e independência das cooperativas com relação aos partidos políticos e ao Estado.

Quando um país faz da autogestão seu modo principal de produção e distribuição – as cooperativas agrícolas, as empresas autogestionárias, os artesãos, os livres produtores sem mão de obra assalariada, concorrem livremente no mercado nacional contribuindo com seus bens e serviços, coisa que não é possível em nenhum outro país do Leste. Assim, dentro de um *pluralismo econômico*, com predomínio da economia autogestionária, as empresas dão vigor ao mercado socialista – conforme a lógica econômica -, atuando a *Lei da oferta e da procura* como mecanismo auto-regulador dos preços nos bens de consumo duráveis, matérias primas, artigos manufaturados, produtos agropecuários, serviços, para que a economia esteja submetida a um cálculo econômico racional, que não é possível em países onde a planificação centralizada tenha como finalidade suprimir o mercado.

Concentrar o poder econômico no Estado acaba criando as condições para que ele exerça todos os poderes com sua *ditadura econômica e política*, deixando o homem submerso na passividade, como se os problemas de sua liberdade ou de uma sociedade organizada pelo Estado, não o preocupasse.

Ignorando a lei do valor e suprimindo o mercado, uma Economia de Estado, dirigida verticalmente pela burocracia, quer fingir que com a planificação alcançou-se a máxima racionalidade quando, na realidade, caminha às cegas em seu desenvolvimento desproporcionado, em suas reservas de moeda corrente adequadas, em sua política de preços justos, na qualidade e quantidade de seus produtos, que podem isolá-la do mercado mundial para importar ou exportar o suficiente. A *autarquia* é possível na miséria, mas não com um crescimento econômico acelerado, dependente de fatores econômicos, financeiros, monetários, de troca e

de crédito, internos e externos, uns menos controláveis que outros, no âmbito reduzido de uma economia nacional.

Se uma economia renuncia que sua benevolência e suas previsões sejam contrastadas por um mercado autogestionário, no qual concorram todos os ramos de produção, ela não sabe realmente quais são seus problemas essenciais de desenvolvimento. De cima, não se sabe de tudo e não se pode adivinhar tudo, quando as *leis econômicas objetivas*, mesmo que se queira ignorá-las, levam os planificadores a um terreno que eles não escolhem: crise de subconsumo, desproporção de desenvolvimento entre a indústria pesada e a leve, entre a cidade e o campo, entre a nação e o mundo, com relação a tecnologias adiantadas ou atrasadas, assim como acontece nos países do COMECON[33].

Nos países – no nível das regiões econômicas, coordenando as cooperativas e as empresas autogestionárias nas suas respectivas federações de indústria, criar-se-ia um federalismo econômico que conduziria ao *socialismo com liberdade; trocar-se-iam bens e serviços em seus valores verdadeiros e não falsos, como que se negociasse insumos de um ramo de produção para outros; acabaria assim, de uma vez, a inflação: um mal da sociedade de classes, da burocracia e da burguesia, que se apropriam, com mecanismos monetários do trabalho alheio não pago.*

Liberdade, Mercado e Preços

Se o homem não é a medida de todas as coisas, são outros

33 - Conselho Econômico de Assistência Mútua. Órgão de integração econômica do bloco socialista. Criado em 1949 pela ex-União Soviética, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia, teve admissão posterior da Albânia, Alemanha Oriental, Mongólia, Cuba e Vietnã. Seu objetivo era a integração planificada das economias nacionais associadas, segundo os princípios de uma “divisão socialista do trabalho”: cada país membro iria se especializar num ramo da economia, conforme seus recursos naturais e seu nível tecnológico. (N. T.)

homens, ocupando posições de privilégio, que decidem por ele sem dar-lhe participação naquilo que lhe diz respeito. Neste sentido, poderia se afirmar que a verdade ou falsidade de uma doutrina, de uma política ou de uma filosofia dependem de seu valor prático para a libertação do homem e não de seu valor teórico. Desse modo, não é possível que se apresente como encarnação da verdade uma doutrina que seja rechaçada pela humanidade, pela maioria de um povo, por uma nação e pelo mundo.

Se o homem é objeto do trabalho, meio de produção, não um sujeito pensante que pode decidir por si e com outros homens associados com seus meios de produção, fica reduzido a um objeto, propriedade de um sujeito privilegiado: patrão ou Estado. Sob essa alteridade fracassa a liberdade; naufraga o homem; assim toda a idéia de redenção é uma ideologia ao serviço das "elites" do poder burguês ou burocrático.

Se o socialismo não se identifica com o respeito da dignidade humana – com a garantia constitucional dos direitos humanos e as liberdades essenciais do homem, com a liberdade política e com a igualdade de condições entre os homens – será mais um sofisma, uma *alienação pela política, ainda pior que pela religião*, já que um ditador de carne e osso é mais onipotente que o pior dos deuses. É preciso desconfiar de ideologias, falsamente consumistas ou socialistas que exaltam uma *vontade superior* como encarnação do Estado absoluto para colocar, diante desse, aos *desejos inferiores*, a um povo ajoelhado, desarmado moral e politicamente por um partido único.

A *liberdade política* implica, necessariamente, o gozo da *liberdade econômica*. Para isso, é uma condição essencial que o homem disponha de seus meios de produção e troca, de tal modo que o capital esteja a serviço do trabalho, já seja em empresas cooperativas, comunitárias, autogestionárias

ou de outro tipo, nas quais o capital não seja uma potência opressiva e alienante do trabalho, mas a base de sua libertação. Somente quando o homem for dono de seus meios materiais para realizar seus fins morais, poderá desfrutar do direito ao trabalho, a educação, a livre informação, a sua liberdade de reunião, sua liberdade individual coletiva; seu autogoverno, em política; e a autogestão, em sua economia, sem mediações onerosas e vergonhosas de classes dominantes, devido a um socialismo libertário.

A liberdade econômica do homem implica, necessariamente, na existência de um mercado autogestionário, onde os produtores possam colocar os frutos de seu trabalho, para serem trocados de forma eqüitativa.

A supressão do mercado, a planificação econômica centralizada, a supressão da lei do valor justo de troca das coisas, o monopólio da política, da economia, do saber, da informação sob um regime totalitário, permitiram a instauração da ditadura da burocracia comunista. *Stálin não era mau, o pior era o sistema que lhe deu todos os poderes*; deste modo pôde manipular os preços e os salários conforme sua vontade; designar aos funcionários; acabar com seus inimigos políticos ou os suspeitos de o serem; roubar a poupança dos cidadãos soviéticos; sacrificar o consumo popular pela produção estratégica; desenvolver a indústria pesada em detrimento da indústria leve; expandir a produção da indústria atrasando a agricultura; decretar um regime de preços que não tinha em conta a lei do valor. Em suma, Stálin usou e abusou de poderes tão ilimitados como outro ditador na história da humanidade nunca teve, graças à infalibilidade que lhe atribuía *seu* partido marxista-leninista, *seu* Estado totalitário.

Graças à eliminação do mercado, e a organizarem-no todo verticalmente por meio da planificação centralizada,

Jruchov[34] comprava aos camponeses produtos agrícolas que em seguida vendia para a população consumidora obtendo benefícios equivalentes a várias vezes seu preço de compra, fazendo assim uma poupança forçosa às custas dos trabalhadores do campo, para desenvolver com isso a indústria pesada e armamentista. A *burocracia neo-stalinista*, usando do mesmo sistema totalitário, econômico, policial e político de Stálin, em 1961 converteu 10 rublos velhos por 1 novo, roubando as economias da população rural, ao reduzir seu grau de consumo, realizando dessa forma o maior empréstimo obrigatório e gratuito.

Essas situações de *abuso de poder* foram produzidas em alguns países ibero-americanos sob ditaduras militares que, como no Peru, realizaram a reforma agrária e instauraram formas homeopáticas de propriedade social. Em 1975, no Peru, um quilo de açúcar valia talvez menos que um de farinha, ainda que o custo do açúcar fosse maior que o da farinha; mas como o governo militar estabelecia *preços políticos*, colocava valores econômicos irreais ao açúcar: dava valor inferior à farinha pois o Peru é importador de trigo e exportador de açúcar. Com essa política o governo obtinha algum benefício das suas importações de trigo impondo uma sobretaxa aos moinhos farináceos e aos padeiros. Em compensação, mantendo baixo o preço do açúcar, contribuía, às custas das cooperativas açucareiras, para manter mais baixo que o merecido a alta de custo de vida. Essa política de *transgressão da*

34 - Nikita Jruchov (também traduzido como Kruchev) iniciou-se como Secretário geral do Partido Comunista da União Soviética. No XX Congresso do PCUS, sob a direção de Kruchev (após ter eliminado física e politicamente seus adversários na disputa pelo poder deixado por Stálin no PCUS), este denunciou todos os crimes de Stálin. Kruchev havia subido no PCUS sendo um forte adulador de Stálin. No congresso ele acusou o culto à personalidade, fomentado por Stálin (sendo que Kruchev havia ajudado-o nisso), demonstrou que os processo políticos da polícia secreta eram falsos e os assassinados eram inocentes. Governou até 1964, quando foi derrubado por Brezhnev. (N. T.)

lei do valor, com uma aparência de livre mercado, contribuía para descapitalizar as cooperativas açucareiras, fazendo com que elas tivessem que consumir parte de suas amortizações de capital, distribuídas como renda de trabalho, para manter os níveis de salários. De que servia então, que o governo peruano tivesse dado a terra para as cooperativas, se logo as arruinava congelando os preços dos produtos agrícolas, enquanto os preços dos produtos industriais subiam mais rápido? Assim a cidade explora o campo por meio de uma injusta relação de trocas, da qual Stálin usou e abusou.

Os soviéticos se opõem ao funcionamento de uma *economia de mercado autogestionário* nos "países socialistas"; consideram que essa categoria econômica se opõe ao socialismo; determina a "anarquia" da produção excludente da planificação centralizada, e seria melhor do que o mercado autogestor, que acabaria com a burocracia do poder do Estado absoluto, do Partido único, da burocracia dominante, passando do socialismo burocrático para o socialismo libertário, coisa que a "Nomenklatura" não faria.

No ocidente, alguns partidos marxistas registram em seus programas o cooperativismo e a autogestão das empresas pelos trabalhadores; mas contraditoriamente, nesses mesmos programas, pede-se a nacionalização dos setores básicos da economia nacional, o estabelecimento de uma planificação burocrática. Se, logicamente, uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, também não são compatíveis: a nacionalização e a centralização da economia sem a autogestão; não é possível, ao mesmo tempo, ser totalitário e autogestionário.

O mercado *autogestionário* (quando sua base econômica for a cooperação e não a especulação entre compradores e vendedores, o interesse geral e não o particular, quando as cooperativas e as empresas autogestionárias constituírem

o modo dominante de produção, distribuição, circulação e consumo) estará assim, a serviço de produtores e consumidores livres de monopólios, atravessadores, açambarcadores, e "máfias" dos mercados de frutas e verduras, de gado e carne, peixes, etc., que expropriam os agricultores ou produtores individuais.

Quando as comunidades, as cooperativas e as empresas autogestionárias tiverem desenvolvido uma economia social, uma verdadeira democracia econômica, os mercados de produtos agrícolas, de gado e carne, de peixes, que agora são explorados por "grupos" monopolistas, serão integrados numa rede de cooperativas de consumo. Assim, sem carregar falsos preços, se colocaria a produção das empresas autogestionárias e das cooperativas de produção a preços econômicos, para que os consumidores não paguem cada vez mais caro pelos bens e serviços, já que com grande aumento anual da produtividade do trabalho, custa cada vez menos horas de trabalho produzí-los.

Num mercado autogestionário não cabem os mercados especulativos de capitais: Bolsas de Valores, bancos privados especulando com créditos, interesses, financeiras, "holdings" banqueiros que monopolizam muitas indústrias nas mãos de uma pequena oligarquia financeira; pessoas que fazem empréstimos e agiotas exercendo a ditadura do capital sobre o trabalho; agiotas em ações, dívidas, valores e produtos, que se nutrem dos benefícios do trabalho alheio (mais-valia).

Todavia, em um mercado autogestionário nem todos os vendedores estarão em igualdade de condições econômicas de competência. As empresas modernas, melhor equipadas, com uma produtividade mais alta, as mais próximas dos mercados e, portanto, com menos custos de fretes, poderiam extrair mais benefícios que as empresas pequenas, médias,

com menos rendimentos de seu trabalho ou mais distantes dos mercados. Se não houver uma compensação econômica entre as melhores e as piores empresas, uns trabalhadores viveriam bem e outros mal com o mesmo esforço e horário de trabalho.

1. A *Federação* (ou Administração Federal) poderia aplicar um imposto progressivo, com as melhores empresas pagando mais, para compensar os déficits de rendas de trabalho e os subsídios às empresas mais pobres, até que estas possam competir de forma mais vantajosa com uma equiparação que ajuste sua taxa de produtividade com as empresas mais eficientes, deixando neste nível de perceber a *compensação de desenvolvimento econômico e tecnológico desigual.*

2. As *Federações de Indústria* (a nível regional e nacional, em um mesmo ramo da indústria, com diferentes graus de desenvolvimento econômico e tecnológico, em distintas empresas do mesmo ramo) poderiam fazer a compensação, *redistribuindo seu fundo de ajuste de desenvolvimento*. Se as melhores empresas integrarem as piores, se revitalizarem-nas e modernizaremnas, se lhes derem o que produzir, em uma divisão racional do trabalho, uma parte, um componente de maquinarias, artigos, produtos, todas poderiam ser igualmente produtivas, pouco a pouco, até constituir um *ramo de industria integrado*. Desta maneira, a economia poderia ser programada logicamente, quantificada em suficientes quantidades e qualidades de bens e serviços por um Conselho Superior de Economia Federal, onde estariam representadas todas as partes da produção.

A integração econômica da agricultura por meio das cooperativas, e a integração da industria urbana com as empresas autogestionárias, constituiria o *setor social da economia*, tudo embasado num federalismo coerente, articulado num mercado autogestionário, que atuaria como auto-regulador e seletor, em quantidades e qualidades, dos bens e serviços produzidos e oferecidos. Isso permitiria que a liberdade econômica, baseada nas *empresas de interesse social*, garantisse a mais ampla liberdade política entre os produtores e consumidores, numa sociedade libertária.

Muitas empresas, cooperativas ou autogestionárias, num determinado nível de convergência, poderiam se converter umas nas outras, integrarem-se, tomarem a mesma forma de *propriedade social*; mas sempre em função, não de ideologias fanáticas ou dogmáticas, mas da real necessidade das economias locais, municipais ou regionais, bem programadas, dentro de cada uma de suas federações de produção e de acordo com sua especialidade. Desta maneira, dar-se-ia à *economia social*, uma produção mais científica, mais flexível, mais democrática, com mais participação popular do que com a planificação executiva ou indicativa do *neocapitalismo* ou com a planificação centralizada do *socialismo burocrático*, ambas excluindo os trabalhadores da gestão de suas empresas e da divisão do excedente econômico produzido.

Por mais e melhor que se faça a programação econômica – numa sociedade tecnológica de mudanças rápidas, na qual os produtos modificam-se rapidamente, os equipamentos de produção, as fontes de energia, os gostos dos consumidores –, algumas empresas ainda integradas em seu ramo de indústria, se forem obsoletas, é preferível que desapareçam quando seus produtos saírem de moda, suas máquinas forem velhas ou de baixa produtividade e já não se fabricar

mais suas peças em série.

Só a automatização da produção, com empresas de dimensões apropriadas, automatizadas, pode absorver todos os científicos, e não as empresas velhas e pequenas. Mas quando uma empresa desaparecer por ser antieconômica, seus trabalhadores deverão encontrar, imediatamente, novos postos de trabalho, ainda que tenham que ser qualificados tecnologicamente; já que, a um determinado nível de automatização da produção, todos os trabalhadores serão científicos e técnicos e, portanto, remuneráveis eqüitativamente[35].

A base econômica, política e social para chegar a um cooperativismo integrado e a um socialismo autogestionário deve partir do princípio que *o que a sociedade tem capacidade de fazer, o Estado não deve fazer,* para que a burocracia não impeça a libertação do homem.

Mercado Autogestionário

Os ideólogos do "socialismo de Estado", que por sua forma e conteúdo deveria ser chamado de capitalismo burocrático, coincidem na inevitável necessidade da planificação centralizada da economia, na supressão do mercado como base de uma "economia socialista", na qual os meios de produção e de troca são nacionalizados (e não socializados), não sendo por isso uma economia socialista, mas um capitalismo de Estado, de acordo com a lógica dos feitos históricos da URSS e cia.

O ataque dos intelectuais, ideólogos e políticos da esquerda autoritária contra o mercado livre, talvez seja pela

35 - Atualmente, mais de dez anos após a composição desse estudo, aumenta de maneira avassaladora o desemprego estrutural dentro do próprio ramo da informática, sendo que profissões como Técnico em Informática perdem sua função, na medida em que há uma disseminação cada vez maior de conceitos tecnológicos que, anteriormente, eram tidos com "especializados". (N. T.)

sua obsessão de tomada do Poder único, baseado num partido único, em um pensamento único, sem pluralismo político nem econômico, sem tolerar nada que não seja sua ideologia única. Não tratamos de defender um livre mercado no sentido do "*laissez faire, laissez passer*"[36] nem a liberdade de monopólios para controlar os mercados e estabelecer preços abusivos, submetendo os consumidores à ditadura dos produtores capitalistas, os cartéis e os "pools"[37], nem propomos a sociedade de consumo. Falamos de *um mercado autogestionário no qual concorram, em benefício de produtores e consumidores, as empresas de propriedade social*, as cooperativas, os grupos comunitários, para que a democracia econômica torne impossível a ditadura da tecnoburocracia, promovida na economia de Estado, na planificação centralizada.

A cooperação, a autogestão, o socialismo, se não incorporam o mercado autogestionário, são conceitos vazios. Caso se admita a planificação centralizada, a nacionalização dos meios de produção e de troca e a ditadura de um Partido (que não é a ditadura do proletariado), a libertação dos trabalhadores será impossível. Se o Estado possui tudo, decide tudo e faz tudo, a Sociedade não será nada, nem simbolizará nada, nem decidirá nada. Se o mercado é manipulado arbitrariamente por um punhado de tecnoburocratas, por um Estado totalitário, baseado na economia estatal, não haverá participação popular nas empresas e nem nas administrações locais e regionais, nem nas federações econômicas nacionais.

36 - laissez faire, laissez passer (... le monde va de lui-même) – "Deixe fazer, deixe passar, o mundo caminha por si só" – Expressão cunhada pelos fisiocratas, no século XVIII, tornou-se a base do liberalismo econômico, proclamando a mais absoluta liberdade de concorrência, produção e comercialização de bens e mercadorias além da condenação da intervenção do Estado na economia. (N. T.)

37 - Comunhão de concorrentes que concordam em controlar a produção, o mercado e o preço de uma mercadoria, embora possam parecer rivais. (N. T.)

Não se alcançará assim o socialismo, pois os trabalhadores, os produtores, serão considerados como cifras nos planos qüinqüenais, figurando unicamente como forças produtivas, como coisas econômicas e não como homens livres.

O mercado autogestionário é a condição básica para que o trabalho se reaproprie de seu capital e os grupos autogeridos serão donos de seus produtos negociados no mercado, não entregues a um patrão privado nem ao Estado-patrão, afim de que a burocracia não lhes usurpe a mais-valia.

A planificação – segundo o clássico modelo soviético – recusa o funcionamento de um mercado como auto-regulador da oferta e da procura de bens e serviços, como seletor da qualidade e os preços dos produtos oferecidos aos consumidores. Por quê? Simplesmente porque a burocracia dominante não quer perder seu monopólio de administração da economia. Desse modo, o socialismo burocrático não ultrapassa a *economia de Estado*, pois impede a participação autogestionária dos trabalhadores e dos consumidores, respectivamente, em suas empresas e no mercado, assim como na política, se não há democracia direta.

O mercado autogestionário – não o mercado especulativo, cujo fim imediato é a obtenção de lucros – cumpre uma função de "desburocratizador" e de auto-regulador global da economia social. Dessa maneira, reduzindo em milhões de unidades monetárias os gastos burocráticos com o controle de produtos e preços, se poupariam outros tantos milhões para se investir no desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico, a fim de acelerar o crescimento econômico e o desenvolvimento completo do homem livre. Uma economia burocratizada *retarda* o crescimento econômico, pois destina boa parte do seu produto interno bruto aos pagamentos para consumo improdutivo.

Para os defensores do plano econômico centralizado, o

acesso dos trabalhadores à condução de suas empresas reduziria a *produtividade do trabalho*; e enquanto estes fossem donos dos seus produtos e os colocassem num mercado autogestionário, seria como se introduzissem no "socialismo científico", a espontaneidade do mercado. Em conseqüência, a burocracia soviética tem sido partidária, de dirigir, fazer e ordenar todo o mercado "para maior benefício do proletariado", que deve ter confiança cega em seu "Estado trabalhador" e em seu partido único que por ser "comunista", que se auto-intitula, "velis nolis"[38], a representação dos interesses da classe trabalhadora. Eis aí a metafísica ou o idealismo semântico do modelo soviético, no qual o Estado se mostra como representante do interesse geral, quando na verdade representa o interesse particular da burocracia soviética, e no Oeste, isso acontece sob o Estado burguês que garante os interesses egoístas da burguesia.

As *comunidades agrárias e as empresas autogestionárias industriais*, criadas pelos libertários espanhóis durante a Revolução de 1936-39, tinham, entre todas elas, um mercado autogestionário, onde se cumpria a lei do valor nos intercâmbios de bens e serviços, onde todos ganhavam com sua cooperação em benefício dos trabalhadores associados livremente com seus meios de produção. Quando uma comunidade ou empresa autogestionárias precisavam de certos bens ou serviços, os trocava por seus bens e serviços de valor de uso diferente, mas respeitando na troca a *lei do valor-trabalho*, a fim de que a *lei de cooperação entre todos* fosse cumprida, base de uma equivalência de troca justa. Por conseqüência, o funcionamento de um mercado autogestionário constitui a base da liberdade econômica, da cooperação e da democracia direta.

Como os monopólios da empresa privada e o capitalismo

38 - Velis Nolis é uma expressão do latim que quer dizer "Quer queira ou não". (N. T.)

de Estado não mandam na sociedade libertária, o mercado autogestionário realiza uma *troca eqüitativa entre produtores e consumidores,* sem mediação de especuladores, negociantes ou intermediários, e efetua tais trocas diretamente entre os distintos ramos componentes da economia nacional. Acontece, então, uma troca com preços competitivos dos produtos e serviços oferecidos e procurados, tudo sendo feito em favor dos consumidores, que podem exigir qualidade nos produtos oferecidos e preços baixos, coisa impossível numa economia central planificada.

Existe, portanto, mais socialismo numa *coletividade libertária espanhola de 1936-39* do que no modelo soviético, onde o controle estatal de tudo, conduz não só à nacionalização dos meios de produção e de troca, o que significa um roubo aos trabalhadores e camponeses, e a nacionalização da força de trabalho fazendo do homem um objeto ao invés de um sujeito livre e pensante. Sem participação dos trabalhadores na gestão de suas empresas, sem intervenção dos consumidores nos mercados, *sem que a auto-administração se una à cooperação e à autogestão, sem que os produtores diretos tenham direito de dispor do lucro de suas empresas, não pode haver socialismo, mas outra forma de capitalismo*, porém com menos acesso à divisão da mais-valia que sob o capitalismo, que dá aos trabalhadores o direito de greve e a liberdade sindical, coisa que lhes foi negada nos paises de socialismo de Estado.

O socialismo, se é verdadeiro, tem que conceder aos produtores a autogestão de suas empresas e aos consumidores o direito de exigir produtos e serviços, em quantidade e qualidade, a custos decrescentes, para se beneficiar do aumento da produtividade, ocorrida graças aos progressos tecnológico e econômico, e à automatização do trabalho.

Se o "socialismo" suprime o mercado cooperativo, autogestionário, é porque é um regime totalitário. A única garantia de

liberdade existe na possibilidade de se estabelecer um sistema autogestionário. Havia mais socialismo para os consumidores suecos da Kooperativa Förbundet[39], que associam a produção e a distribuição de vários produtos essenciais, do que no regime soviético, onde nem trabalhadores e nem consumidores tiveram participação política e econômica como sujeitos ativos do processo sócio-econômico.

Sem um livre mercado socialista, não poder haver socialismo, mas somente um regime antidemocrático, oposto ao povo trabalhador e consumidor, privado de seus direitos sociais, políticos e econômicos. Se o Estado expropria os produtos dos trabalhadores, por ter lhes privado de seus meios de produção, se oferece aos consumidores o que eles não querem, mas somente aquilo que não querem mais, se baseando nos seus gostos e necessidades, então há injustiça social, tirania, ditadura e não socialismo. *O socialismo sem autogestão, sem livre cooperação de produtores e consumidores, é a política das burocracias totalitárias que querem se promover no Poder com ajuda do povo, mas sem o povo.*

Lei da Oferta e da Procura

Marx, ao expor o materialismo histórico, indicava que a *infra-estrutura* sempre determina as *superestruturas*, ou seja, o econômico ao jurídico, religioso, político, cultural, filosófico. Todavia, na União Soviética, há sete décadas a superestrutura política (a burocracia) dominou a infra-estrutura (a economia), tanto com Stálin como sem ele. Se um povo não gere suas empresas, comunidades locais, administrações regionais, universidades e escolas técnicas, centros culturais, a informação, a autodefesa, todos os aspectos da vida e em

39 - União das Cooperativas de Consumidores da Suécia (N. T.)

todos os níveis de decisão, é porque o Estado monopolizou para si a condução da Sociedade. Nesta ordem de idéias, o Estado soviético está mais para o absolutismo czarista do que para a teoria marxista da eliminação do Estado, assim que se passasse um período de transição. Essa forma necessária de Estado seguiu sendo, ao infinito, a ditadura burocrática.

O *socialismo burocrático*, que expropria a economia da Sociedade e a entrega ao Estado, não tem ar de que vai desaparecer na *transição*, demonstrando a insuficiência dialética do marxismo, pois a exaltação da burocracia como nova classe dominante não é tão *transitória* como acreditava Trotsky se o "Estado socialista" não é tão efêmero como pensava Marx. O Estado soviético é mais hegeliano do que marxista. Hegel disse que o povo, fora do Estado, cairia na anarquia. Esta tese hegeliana constitui a essência da teoria marxista do Estado, contendo assim o "goulag"[40], não circunstancial mas consubstancial com ou em todos os governos marxistas-leninistas, opostos fanaticamente à democracia direta do povo.

Se os sindicatos de trabalhadores, as comunidades locais e regionais, as empresas industriais e agrícolas, os serviços sociais e públicos, a informação, a ciência, a cultura não tiverem como base democrática a autogestão, uma vez suprimido o capitalismo, se cairá no mesmo, mas sem a propriedade privada, com a propriedade pública, com capitalismo de Estado, com a burocracia como nova classe dominante, de Lenin até Gorbachov...

Uma das condições da liberdade é que *a lei da oferta e da procura auto-regule um mercado autogestionário*, no qual os produtores privados não tenham que se enfrentar, mas onde

---

40 - Goulags (ou gulags): eram os campos de trabalhos forçados, que concentravam os acusados de contra-revolução e espionagem, tendo seu auge durante os expurgos stalinistas, entre 1936 a 1938. No decorrer da Guerra Civil Espanhola, os franquistas, apoiados pelo III Reich, organizaram vários campos de concentração. (N. T.)

exista uma concorrência de produtores cooperativos e autogestionários, para que nenhum homem possa explorar outro sob a ditadura do dinheiro. Em um país de capitalismo de Estado sofre-se a dupla ditadura do dinheiro e do Estado, como assalariado e como homem que se tornou uma mera "coisa", privado de seus direitos e liberdades essenciais, impelindo assim uma existência alienada. Numa economia de solidariedade, onde os interesses sociais superaram os interesses privados, a lei da oferta e da procura, num mercado autogestionário forma os preços dos bens e serviços oferecidos, aumentando-os com o incremento da demanda e reduzindo-os com o aumento da oferta. Isso é possível, caso o Estado e os monopólios não interfiram, decretando arbitrariamente a formação dos preços e os manipulando em regime de monopólio absoluto, dono das mercadorias e serviços produzidos pelos trabalhadores (único comprador) e dono único da demanda de produtos agropecuários, a preços fixados por um único comprador, que fixa, por sua vez, os preços únicos no mercado de varejo. Frente à ditadura econômica, que necessariamente determina a ditadura burocrática, a lei da oferta e da procura, como regra de aplicação corrente, sem especuladores nem monopolistas num mercado autogestionário, auto-regula a economia global, colocando a todos – vendedores e compradores – em igualdade de condições, numa sociedade libertária cooperadora e não exploradora.

De que serve ignorar a lei da oferta e da procura na URSS, se a *planificação centralizada* não pode fazer adivinhações e determinações completas, conforme a vontade e os estados de consciência dos planificadores e dos ministros, produzindo, apesar deles, desestabilizações e desproporções na economia soviética? *Querer suprimir as leis econômicas objetivas com um voluntarismo político, preso a decretos impostos por uma ditadura, pode determinar as limitações das leis econômicas, mas não anulá-*

las objetivamente. A economia soviética, programada prudentemente pela burocracia totalitária, sem dar intervenção aos trabalhadores e aos consumidores na planificação, passou por graves crises de desestabilização e desproporcionalidade de crescimento entre os ramos de produção, por razão da "elite" do Poder se empenhar em saber tudo e fazer tudo sem a participação popular de Stálin a Gorbachov e cia..

A falta de mecanismos auto-reguladores de preços justos, por meio da lei da oferta e da procura num mercado autogestionário, coloca a economia soviética fora de critérios econômicos objetivos; visto que a burocracia se empenha *acabar com a lei do valor*, os ajustes automáticos de um livre mercado socialista; quer que os investimentos vão para determinados setores prioritários (armamentos, indústria pesada); faz os consumidores *economizarem forçosamente* "apertando-lhes o cinto"; eleva os preços desses ou daqueles bens e serviços ou abaixa os preços dos produtos agropecuários. Assim, o poder de decisão está nas mãos da *oligarquia política do Partido e do Exército*. Portanto, a ditadura econômica implica, necessariamente, uma eterna ditadura política e gera um Estado cada vez mais poderoso, e não menos, sobre a sociedade soviética, submetida à vontade de uma minoria totalitária, mais inimiga da liberdade que a pior das burguesias, incluindo Gorbachov.

Por que seria mau proporcionar aos consumidores aquilo que eles desejam em qualidade e quantidade, sem cair na sociedade consumista, sem deixar de economizar uma boa parte da produção para ser investida na reprodução social ampliada das forças produtivas, no desenvolvimento das ciências e das técnicas, colocando o homem, não a serviço da economia, mas a serviço de si mesmo? Da mesma maneira que as comunidades políticas escolhem seus autogovernos – por meio de uma política transparente, sem fraudes, au-

togestionária -, os consumidores, todos os dias, a todas as horas, devem mostrar o que a sociedade quer, pois essa é sua opinião; escolher livremente o melhor na política, economia, em qualidade de vida, direitos e liberdades, sem o que a consciência do homem se sente pobre, seja com o capitalismo monopolista ou sob um Estado monopolista, seja com a burguesia ou com a burocracia como classes opressoras e exploradoras do povo trabalhador e consumidor.

Em conseqüência, seria melhor deixar que funcionasse na União Soviética um mercado socialista, livremente, com mecanismos de ajuste e de intervenção limitada, pois se as empresas autogestionárias, as comunidades de camponeses, as cooperativas competirem sem trocas com preços falsos, chegar-se-ia a um equilíbrio econômico dinâmico, sem escassez nem excesso de produtos, sem desproporcionalidade de desenvolvimento entre os distintos ramos integrantes da economia social. As empresas de interesse social, não especulativo nem individual, devem decidir seus investimentos, suas produções, seus preços e custos, seus bens e serviços, comercializados diretamente, sem intervenção do Estado, pois retirando o produto do produtor, ele ficará alienado num poder estranho e contrário a ele: o Estado burguês ou burocrático.

Se um dia chegarmos a uma remuneração eqüitativa, igualitária, onde o trabalho seja homogêneo (automatizado), as valorizações do mercado, preços e custos monetários, perderiam seu significado mercantilista, ficando assim o valor de uso como concreto e não o valor de troca.

Em uma economia de classes, com muita desigualdade de inclusão entre os níveis mais altos e mais baixos das escalas sociais, a demanda dos consumidores decresce mais rapidamente do que os preços sobem, porque os ricos são poucos e os pobres numerosos. Assim, portanto, basta uma alta relevante nos preços, para que uma parte do povo fique fora do merca-

do. Como o mercado dos pobres é potencialmente o maior, as crises comerciais têm sua origem, em grande parte, no *subconsumo popular*, ou melhor dizendo, na grande desigualdade de inclusão entre pobres e ricos, tanto no Oeste como no Leste, sob o domínio da burguesia ou da burocracia.

Enquanto houver *escassez de bens*, a economia será uma ciência da administração de recursos escassos, com desigualdade econômica de inclusões entre burgueses e trabalhadores, camponeses e latifundiários; ou entre burocratas e trabalhadores, em países de economia integralmente estatal. Numa economia com pouca abundância de bens e serviços, os preços e os salários são determinados por inclusões monetárias muito desiguais, dando um papel de *racionamento* à moeda, sem necessidade de cartilhas individuais de abastecimento, especialmente nos países onde não existe o direito de greve e o Estado é proprietário de tudo, como na URSS e seus países "satélites".

Num país capitalista de livre mercado, que aumenta muito a inclusão dos ricos e pouco a dos pobres, pode-se produzir uma crise de superprodução relativa, pois o excesso de bens e serviços não vendidos não está determinado por uma abundância absoluta, já que aumentou a inclusão dos pobres, a abundância relativa se transformaria em escassez, dentro de um sistema contraditório, baseado na *desigualdade econômica das classes* e na sua manutenção histórica e econômica.

Um mercado onde concorram as cooperativas, as empresas autogestionárias, os artesãos e até pequenos e médios proprietários rurais e industriais dentro do pluralismo econômico, com tendência a prevalecer o cooperativo e autogestionário, deveria facilitar a distribuição da riqueza social, sem grande desigualdade econômica, tratando de *equilibrar a oferta e a procura de bens e serviços*, para terminar com a inflação derivada do desperdício de forças produtivas, dos

monopólios, do excesso de consumo improdutivo de burocratas e burgueses. A oferta e a procura se equilibrarão quando a produtividade do trabalho e o poder aquisitivo dos trabalhadores estejam em razão direta; mas não deverão ter menos importância numa sociedade igualitária, autogestionária, automatizada.

Cooperativismo, Autogestão e Socialismo

A cooperação constitui uma força produtiva solidária, não puramente física, mas como método da divisão social do trabalho, dentro de cada empresa, em seu ramo de indústria e entre os distintos ramos de produção que integram um sistema econômico. A *racionalização do trabalho* encontra sua forma de aplicação na cooperação, na concentração do capital mercantil, industrial, financeiro, que reúne milhares de trabalhadores em uma só empresa, na qual todos não fazem as mesmas tarefas, mas uma parte de um produto, artigo ou maquinaria: margarina, tecidos, automóveis, etc..

Todavia, a cooperação desenvolve, pela manufatura, a grande indústria, as grandes explorações, atua em benefício do empresário ou do Estado que dominam milhões de trabalhadores de uma mesma empresa num mesmo lugar, em lugares diferentes ou em países diferentes, como seria o caso das corporações multinacionais. Um capitalista ou um Estado-patrão que explora muitos trabalhadores, independentemente de serem donos do capital para pagar salários, não só se apropriam do lucro surgido entre o trabalho necessário e o sobretrabalho (mais-valia), mas que também se beneficiam do rendimento, da produtividade do trabalhador, devida à cooperação do trabalho, dividindo as tarefas de produção em partes constituintes, em fases de fabricação de um produto, para aumentar assim a produtividade com

a especialização do trabalho.

Os trabalhadores, concentrados e integrados na grande indústria, desenvolveram a cooperação antes de existirem as empresas cooperativas; mais os capitalistas se opuseram a tornar suas empresas cooperativas, a fim de continuar manipulando-as e se apropriando do excedente econômico gerado pelo trabalho. O Estado-patrão, neste sentido, fez o mesmo que os empresários privados: foi contra os trabalhadores implantarem a autogestão em suas empresas, foi contra a própria decisão dos trabalhadores na divisão do *excedente econômico* produzido pelo trabalho e também foi contra que as assembléias e os comitês especializados autogovernassem as empresas e não a burguesia ou a burocracia sob o capitalismo privado ou de Estado.

O desenvolvimento das forças produtivas, o maquinismo, a automatização da produção criaram uma enorme capacidade de produção, em certos casos superior às necessidades humanas. Mas a "sociedade de consumo" tem necessidade de desperdiçar matérias-primas; esgotar as fontes energéticas não renováveis; contaminar as cidades, a terra, o ar, as águas; deixar milhões e trabalhadores sem trabalho quando a conjuntura econômica é depressiva; investir uma parte considerável das rendas nacionais na fabricação de armamentos para preparar a destruição de nossa civilização ou chegar na idade da pedra; deixar o campo abandonado enquanto os grandes desertos de cimento se desenvolvem; desenvolver a indústria e sub-desenvolver a agricultura; concentrar a riqueza mundial nos países industrializados e a miséria nos países sub-desenvolvidos; preparar, em suma, a catástrofe do esgotamento dos recursos naturais desperdiçados ou a submersão da civilização no holocausto de uma possível guerra nuclear, para que as grandes potências disputem o domínio do mundo.

A *autogestão* econômica, política e social, os a*utogovernos* locais, regionais, integrados em uma *Federação* superior, as coletividades na agricultura, a pequena e média empresa, as organizações de consumidores; constituiriam uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural e social superior ao capitalismo monopolista (Oeste) e ao capitalismo de Estado (Leste). Uma proposta de mudança (autogestionária, comunitária, cooperativa), é, sem dúvida, a criação de uma *sociedade comunitária*, onde prevaleça a liberdade, a igualdade, a dignidade humana, o direito de o homem decidir tudo: em sua empresa, em sua localidade, em sua região, em seu país, em uma *sociedade auto-organizada* e não programada por tecnocratas, burgueses ou burocratas, tanto no Oeste como no Leste.

A Sociedade Autogestionária

Para que a *sociedade autogestionária* seja uma alternativa, mas com mais valores humanos que o capitalismo privado ou de Estado, ela deve levar adiante o desenvolvimento econômico, cultural, tecnológico, político e filosófico do homem e da sociedade por meio de um desenvolvimento harmônico das forças materiais e morais, melhorando a condição de vida humana e mantendo o *equilíbrio econômico e ecológico entre recursos materiais e humanos.*

A autogestão deve organizar os espaços econômicos e ecológicos com plena participação popular nas administrações locais e regionais, com democratização das empresas, com descentralização do Poder burguês ou burocrático, surgindo assim uma democracia direta, sem que se espere que os governos façam tudo, pois na verdade nada fazem, a não ser encher os cidadãos de impostos. Enquanto o poder econômico e político não forem repartidos entre o povo, a es-

trutura elitista dos governos impedirá a democratização e a saída da grande crise estrutural de nossa época.

A autogestão não é um mundo de maravilha, mas o começo de um processo histórico com várias fases, em cada uma delas com mais participação dos trabalhadores, dos consumidores, dos cidadãos, nos autogovernos, nas empresas, nas federações de produção ou de serviços, nas confederações nacionais ou internacionais. Desta maneira, as *superestruturas políticas de dominação* irão se convertendo em *infraestruturas de democratização*, pois a auto-administração econômica e política constituirá o governo das coisas, mas não sobre os homens.

Aqueles que fazem da ciência e da técnica um uso elitista, uma estrutura de dominação sobre o trabalho assalariado, não querem que os trabalhadores administrem suas empresas, para seguir oprimindo-os e explorando-os. Se o Estado é cada vez mais poderoso, segundo o modelo soviético, dialeticamente é porque a sociedade nada decide sobre o que lhe diz respeito.

A autogestão deve constituir uma alternativa democrática contra o capitalismo monopolista (Oeste) e o capitalismo de Estado (Leste), mas levando adiante a investigação científica e o desenvolvimento equilibrado: sem inflação nem desocupação, colocando a educação e a informação a serviço do povo auto-organizado.

A sociedade autogestionária (diferenciando-se dos regimes totalitários, de esquerda ou direita, ambos igualmente inimigos das liberdades e dos direitos humanos), tem que se inspirar, entre outros, nos seguintes princípios:

> **1. Socialização dos meios de produção e troca.** Propriedade social e não estatal; a nacionalização de tudo exclui o povo; cria um poder total, um partido

monolítico, uma ditadura de tipo burocrático.

2. Pluralismo político e ideológico. Cada um deve pensar livremente, escolher seus conselhos de autogestão, de auto-administração, instituições, sindicatos, etc..

3. Democracia industrial e não diretores impostos. Quando alguns poucos governam e a maioria obedece, não há ditadura do proletariado, mas de um Partido único sobre o proletariado.

4. Socialismo de autogestão e não de Estado. Aceitar uma "transição" ao socialismo é colocar o Estado por cima da Sociedade e o Partido único sobre o povo. Nenhum poder do povo deve ser alienado ao Estado, ao Partido, ao Líder onipotente e onipresente.

5. Descentralização de poderes e não sua concentração. A democracia não deve ser palavra vazia, mas estrutura econômica, política e social de participação popular. Para que a descentralização não seja o caos ou o particularismo, deve se basear num federalismo libertário, onde o particular e o geral encontrem sua unidade geopolítica.

6. Autogoverno dos homens livres. As assembléias soberanas escolhem seus conselhos em todos os níveis de decisão, como se faz nas cooperativas e nas empresas autogestionárias. Ninguém deve ter poder para usá-lo e abusá-lo contra o povo, e todo poder deve ser pelo e para o povo, elegível e revogável.

7. Direitos e liberdades fundamentais do homem. Nem dogmatismo nem posições únicas. Toda verdade teórica deve ser demonstrada na prática. Nada de "saber do Estado" ou doutrina infalível. A história, a natureza e a sociedade só se estabelecem naquilo que podem resolver em cada processo histórico; nada é eterno no humano; não existem verdades eternas; e deve prevalecer a razão sobre a fé.

8. Socialização do trabalho. Superação do trabalho assalariado. Direito de trabalho para todos. Os trabalhadores têm direito de construir empresas autogestionárias, cooperativas ou comunitárias, proporcionando-lhes meios de produção e financiamento.

9. Integração dos meios de produção e de troca. Sem integração econômica e política acabaria nossa complexa civilização, onde as partes interdependem do todo. Em uma nação deve haver apenas uma moeda, apenas um mercado e apenas uma fronteira, pois, ao contrário o particularismo faria fracassar a democracia federativa. A integração deve ser feita de baixo para cima, sem que os de cima esmaguem as bases, mas ao contrário, que as integrem e as equilibrem econômica, política e socialmente.

10. Fundo de Acumulação Social. Todas as empresas, todos os organismos econômicos, devem contribuir com a formação de um Fundo Social de Acumulação para financiar empresas, setores, pesquisa científica, fundos de reserva, indenizações, etc.. Só assim o capital social estará a serviço de todos e de cada um, para garantir o direito ao trabalho para todos.

11. Educação para autogestão. Sem difundir a educação, através de uma revolução científico-tecnológica permanente, a velha divisão do trabalho manual e intelectual faria fracassar toda tentativa de socialismo libertário, enquanto existir a desigualdade na educação. Sem educação nunca haverá verdadeira participação dos trabalhadores nas suas empresas, pois quem terá a administração serão sempre os burocratas e tecnocratas; não se supera assim a alienação do trabalhador manual no intelectual, enquanto o trabalhador manual não tiver plena participação em suas empresas e autogoverno.

12. Desalienação pela autogestão. Nenhum trabalhador deve se conformar com o fato de outros dirigirem sua empresa. Os trabalhadores devem lutar para transformar suas empresas em cooperativas de produção, em empresas autogeridas. Sem essa ação, os trabalhadores não alcançarão sua desalienação, enquanto o capital não for gerido pelo trabalho.

A autogestão como modo de produção tem que eliminar as *diferenças entre trabalho manual e intelectual*, combinando o trabalho e o estudo, levando a escola até a fábrica, até a cooperativa agro-industrial. Quando todo o mundo trabalhar, quando a população ativa estiver empregada integralmente, poder-se-ia dedicar, em cada empresa, uma ou mais horas ao estudo, à medida que a produtividade fosse aumentada, para que todos os produtores estejam, um dia, em igualdade de poder e de saber entre os homens, superando definitivamente as estruturas culturais de dominação. A autogestão, para que não fracasse, exige a igualdade de condição intelectual. Desta maneira, a ciência e a técnica podem ser desen-

volvidas ampla e democraticamente, livres de tecnocracias, burguesias e burocracias dirigentes.

O *modelo autogestionário de produção* constitui a evolução adequada da sociedade pós-industrial para superar o totalitarismo político e econômico, a crise de sistema ocorrida pelas suas contradições socioeconômicas, a guerra como sua conseqüência, a destruição do meio ambiente, a economia de lucro. Assim se asseguraria a paz, a estabilidade, a ordem no mundo não convulsionado pelas lutas entre as classes antagônicas e as nações rivais.

Ao invés do direito de propriedade, para ser rico porque outros são pobres, para privar um outro de seu direito ao trabalho, para usar e abusar do poder do dinheiro, a propriedade deve estar em função social. Enquanto alguns têm o que foi roubado de outros, o homem assalariado será dependente de forças estranhas a ele, a sua liberdade, ao seu direito de existência, pois a riqueza criada por seu trabalho alienado, ao invés de libertá-lo, aliena-o no capital privado ou estatizado. Só a evolução necessária em direção à autogestão e a cooperação pode tirar nosso mundo da catástrofe ecológica, econômica e atômica. As evoluções, sem freios em direção à predominância do interesse geral sobre o particular, podem evitar sangrentas revoluções ou guerras apocalípticas, nas quais pode-se perder todo o homem por não ter sido capaz de salvar a civilização quando isso ainda era possível, escolhendo o socialismo libertário ao invés do Estado burguês ou burocrático.

Foi criado um pancapitalismo (multinacionais no Ocidente e empresas totalitárias no Oriente); mas dividido em dois blocos rivais, com a burguesia dominando em um deles e a burocracia soviética em outro. Isso poderia conduzir a uma terceira guerra mundial, caso os homens não se comprometam a evitar isso através de um mundo unido, libertário, não

totalitário, federativo e solidário.

Uma sociedade consumista e irracional, que esbanja os recursos humanos, deve entrar, por fim, na idade da razão: produzir bens mais duráveis para poupar matérias-primas; racionalizar o crescimento da população; distribuir a riqueza entre todos os homens formando uma só Federação mundial; democratizar a economia por meio da autogestão e da cooperação; produzir alimentos e não armamentos; e, quando a paz se perpetuar, fazer a guerra à fome, ao analfabetismo, às doenças, ao desemprego, a todo o desumano.

Nosso mundo constitui um sistema, ainda que as nações tenham diferentes raças ou distintos níveis de desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico. Se chegar a acontecer um colapso de sistema (por desperdício de recursos, falta de energia, excesso de população, apocalipse nuclear), a catástrofe alcançaria a todos os países, a todos os homens. Para evitar o pior (que pode chegar a curto, médio ou longo prazo), todos os homens de todos os países, de todas as raças, de todas as religiões, de todas as ideologias, não têm mais que uma saída: uma política global de interesse geral, sem nacionalismos, com federalismos, sem capitalismo, com socialismo libertário.

Futuramente, o crescimento econômico não deve ser somente quantitativo, mas qualitativo, integral, mundial, equilibrado e diferenciado, autogerido por todos os homens em todas as partes.

O mundo é um só, não é do Leste ou do Oeste, nem do Norte rico por cima do Sul pobre. Como viveremos em paz se na China, no sul e sudeste da Ásia, no ano de 2000 houver uns 1000 habitantes por quilometro quadrado, contra uns 30 na América do Norte e 20 na URSS? Como ter paz no mundo onde dois terços da sua população vive diariamente com meio dólar por habitante, contra mais de 20 vezes essa renda

no outro terço ou nos países ricos?

Um mundo federado pela autogestão, que gaste nos países atrasados o que agora desperdiça em armamento, pode realizar um desenvolvimento paralelo entre o Norte (rico) e o Sul (pobre) para superar esta contradição mundial, que ameaça com muitos conflitos sociais e bélicos.

O modelo capitalista deverá ser superado: se se gastam inutilmente muitas matérias-primas, muita energia, se se desperdiçam os bens produzidos, para seguir comprando-lhes e vendendo-lhes na sociedade de consumo, não haverá solução ecológica, econômica e democrática para a humanidade. Só um modo de produção autogestionário, como alternativa racional ao pancapitalismo, poderia redimir o homem de três prejuízos capitais: a crise econômica, a catástrofe ecológica, a autodestruição nuclear. Por conseqüência, chegou a hora de rezar uma missa pelo capitalismo, tanto pelo capitalismo de monopólio do Ocidente, como pelo capitalismo de Estado do Oriente.

Existe um sério perigo de declinação em direção a um capitalismo concentrador, a nível mundial, se o povo trabalhador da URSS e cia., aceita passivamente a criação de empresas mistas soviético-multinacionais. Desta maneira, a mudança nos chamados “países socialistas”, seria para trás e não pra frente com a autogestão nas empresas e a democracia direta nos autogovernos, com socialismo libertário e não com capitalismo monopolista nem com comunismo totalitário, que não superam a exploração do homem pelo homem e de uma nação por outra. Se o “progressismo” da “Perestroika” de Gorbatchov[41] consiste em passar do capitalismo

41 - O autor se refere ao plano de abertura econômica implantado por Gorbatchov, nos anos 80, já no fim da URSS, juntamente com o plano de abertura política, Glasnost. Com o intuito de adaptar a União Soviética ao novo momento político e econômico mundial, à Perestroika pode ser atribuída, facilmente, uma das causas do término da URSS. (N. T.)

de Estado ao capitalismo privado “multinacionalizado”, o remédio seria pior que a doença que se queria curar.

Em suma: a alternativa, ao capitalismo burocrático do Leste e ao capitalismo de monopólio do Oeste, é: o socialismo libertário.

Sobre os Autores

Michael Albert

Nasceu em 1947 e iniciou seu envolvimento com o ativismo na década de 60. É co-fundador da South End Press, da Z Magazine e Z Net. Seu principal trabalho tem sido desenvolver e popularizar estratégias e visões da economia. Exemplos disso são seus livros Looking Forward (South End Press), Thinking Forward (Arbeiter Ring) e Moving Forward (AK Press). Publicou após isso, ParEcon: Life After Captalism (Verso). Fruto de todo trabalho desenvolvido sobre o tema e de muitas reflexões conjuntas com Robin Hahnel, Michael Albert desenvolve um modelo econômico chamado de Economia Participativa (ParEcon - www.parecon.org). Além disso, Albert coordena o site da Z Magazine (www.zmag.org), onde se encontram análise políticas, econômicas e sociais de diversos pensadores contemporâneos.

Noam Chomsky

Nasceu em 1928 na Filadélfia, Estados Unidos e tornou-se um famoso professor de lingüística no MIT. Chomsky adquiriu importância global conforme suas obras foram se voltando para questões políticas. Mesmo vivendo nos EUA, é um dos dissidentes mais notáveis do país. Já publicou mais de 30 livros que discutem questões como o intervencionismo americano no mundo em desenvolvimento, a economia política, os direitos humanos e o papel da propaganda na mídia corporativa.

Pablo Ortellado

Nasceu em Campinas em 1973 e vive atualmente em São Paulo. É ativista ligado a rede Ação Global dos Povos, ao

grupo Ação Local por Justiça Global e voluntário do Centro de Mídia Independente (www.midiaindependente.org). É co-autor do livro Estamos vencendo: resistência global no Brasil (Conrad, no prelo) e está concluindo pesquisa de doutoramento sobre filosofia e política na obra de Cornelius Castoriadis.

Murray Bookchin

Nasceu em 1921, em Nova York. Deu início a suas ações políticas em meio ao comunismo na década de 30 e algum tempo depois o abandona, desiludido. Já na década de 50, após voltar da 2a Guerra Mundial, começa a publicar livros relacionando questões sociais com ecologia. Durante as décadas de 60, 70 e 80, Bookchin participou dos movimentos radicais, aprofundando sua ligação com o anarquismo e com o movimento ecologista. Com dezenas de livros e artigos publicados, é um grande autor do movimento anarquista e ecologista. Hoje Bookchin está com a saúde debilitada e vive em Burlington, Vermont, com sua companheira, Janet Biehl, colaborando com grupos como o Institute for Social Ecology e editando o boletim Left Green Perspectives.

Abraham Guillén

Nasceu em 1913 em Guadalajara, Espanha. Participou da revolução espanhola em 1938, foi preso e condenado à morte. Teve a pena comutada para 20 anos e conseguiu fugir para a França e foi depois para a Argentina. Publicou em 1952 seu primeiro livro: El Destino da Hispanoamérica (Bajel). Após isso, viveu no Uruguai e no Peru. Com o fim da ditadura franquista retornou à Espanha. Entre suas publicações, estão: Socialismo Libertário (Madre Tierra), Economia Libertária (Anselmo Lorenzo) e Socialismo de Autogestão (Aconcágua). Morreu em 1994.

Sem participação dos trabalhadores na gestão de suas empresas, sem intervenção dos consumidores nos mercados, sem que a auto-administração una-se à cooperação e à autogestão, sem que os produtores diretos tenham direito de dispor do lucro de suas empresas, não pode haver socialismo, mas outra forma de capitalismo, porém com menos acesso à divisão da mais-valia que sob o capitalismo, o qual dá aos trabalhadores o direito de greve e a liberdade sindical, coisa que lhes foi negada nos paises de socialismo de Estado (...). A autogestão econômica, política e social, os autogovernos locais, regionais, integrados em uma Federação superior, as coletividades na agricultura, a pequena e média empresa, as organizações de consumidores; constituiriam uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural e social, superior ao capitalismo monopolista (...) e ao capitalismo de Estado (...). Uma proposta de mudança (autogestionária, comunitária, cooperativa) é, sem dúvida, a criação de uma sociedade comunitária, onde prevaleça a liberdade, a igualdade, a dignidade humana, o direito de o homem decidir tudo: em sua empresa, em sua localidade, em sua região, em seu país, em uma sociedade auto-organizada e não programada por tecnocratas, burgueses ou burocratas (...).

Abraham Guillén